

**CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR NO CAMPO:**

**ANÁLISE DE CASO DA ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES NO ASSENTAMENTO  
VALMIR MOTA OLIVEIRA - CASCAVEL/PR**

**MONIZI GUARNIERI DE MORAES SOUZA**

**CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR NO CAMPO:**

**ANÁLISE DE CASO DA ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES NO ASSENTAMENTO  
VALMIR MOTA OLIVEIRA - CASCAVEL/PR**

**MONIZI GUARNIERI DE MORAES SOUZA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia

Orientador: Prof. Leandro Trevisan

Foz do Iguaçu  
2022

MONIZI GUARNIERI DE MORAESSOUZA

**CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NO CAMPO:**  
**ANÁLISE DE CASO DA ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES NO ASSENTAMENTO**  
**VALMIR MOTA OLIVEIRA - CASCAVEL/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Leandro Trevisan  
UNILA

---

Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti  
UNILA

Pablo Jonas Camilo

---

Prof. Dr. Pablo Jonas Camilo  
SEED-PR

Foz do Iguaçu, 29 de março de 2022.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Monizi Guarnieri de Moraes Souza

Curso: Geografia

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(X) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Construção de um espaço escolar no campo: análise do caso da Escola Municipal dos Campo Zumbi dos Palmares no Assentamento Valmir Mota de Oliveira - Cascavel/PR.

Nome do orientador(a): Leandro Trevisan.

Data da Defesa: 20/03/2022

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 29 de março de 2022.

---

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a toda a turma de Geografia Licenciatura de 2017 por todos os perrengues compartilhados, à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Waldemar Ramos, em São José dos Campos/SP, meu primeiro espaço de socialização e aprendizado, aos amigos que a UNILA, a Geografia e todos os espaços de escolarização por onde passei, me ajudaram a encontrar e meus familiares por todo apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador e aos professores da banca pela atenção, por todas as pessoas que constroem coletivamente a UNILA, discentes, docentes, trabalhadores e comunidade de Foz do Iguaçu por toda a vivência destes anos de lutas e glórias, aos órgãos de apoio à pesquisa que financiaram os projetos que participei durante minha jornada acadêmica e especialmente à comunidade da Escola Zumbi dos Palmares, objeto do presente estudo.

*“Toda ação precisa de um instrumento. O instrumento básico da vida é a instrução. Se educar é aprender a viver, é aprender a pensar. E nessa vida, não se enganem, só vive plenamente, o ser que pensa. Os outros se movem, tão somente. (...) Educar é ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escaladas, possibilitando avançar sem muletas e sem tropeços...”*

**Antonieta de Barros**

## RESUMO

O presente estudo analisou a construção de um espaço escolar do campo na zona rural do município de Cascavel-PR. A Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, dentro do assentamento Valmir Mota de Oliveira representa, para a comunidade por ela atendida, um espaço híbrido entre a consolidação dos esforços coletivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do poder público, através da Secretaria de Educação do Município de Cascavel. As dinâmicas presentes entre as instâncias governamentais presentes na escola e o MST, são o tema desta monografia.

**Palavras-chave:** educação; campo; espaço geográfico; movimento social; escola.



## RESUMEN

El presente estudio analizó la construcción de un espacio escolar en el área rural del municipio de Cascavel-PR. La Escuela Municipal del Campo Zumbi dos Palmares, ubicada dentro del asentamiento Valmir Mota de Oliveira, representa, para la comunidad que atiende, un espacio híbrido entre la consolidación de los esfuerzos colectivos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y el poder público, a través de la Secretaría de Educación en el Municipio de Cascavel. La dinámica presente entre las instancias gubernamentales presentes en la escuela y el MST es el tema de esta monografía.

**Palabras clave:** educación; campo; espacio geográfico; movimiento social; escuela.

## **ABSTRACT**

The present study analyzes the development of a scholar space in the countryside of Cascavel-PR. The Municipal School Zumbi dos Palmares, inside of the rural settlement Valmir Mota de Oliveira represents, to its community, a hybrid space between the consolidation of collective efforts from the Landless Peasants Workers Movement (MST in portuguese) and the public administration, through the Department of Education of Cascavel Municipality. The dynamics among these governmental instances present at the school and the MST, are the subject of this monograph.

**Key words:** education; countryside; geographic space; social movement; school.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Comparação entre Agricultura Camponesa e Agronegócio	P.21
<b>Figura 2:</b> Municípios onde ocorreram ocupações de terras no território brasileiro	P. 23
<b>Figura 3:</b> Brasil – Número de Ocupações e Número de Assentamentos realizados entre 1985 e 2007.	P.24
<b>Figura 4:</b> Fluxograma da organização política do MST	P.26
<b>Figura 5:</b> Distribuição da produção do MST no estado do Paraná.	P.27
<b>Figura 6:</b> Mapa do Assentamento Valmir Mota de Oliveira	P.39
<b>Figura 7:</b> Vista aérea da Escola	P.40

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Movimentos sociais desde a década de 1970 no Brasil	P.22
<b>Quadro 2:</b> Brasil - Número de Assentamentos Rurais, segundo os Estados da Federação, no período 1979 – 2007.	P.29
<b>Quadro 3:</b> Custos de Certificação, segundo valores de referência. Ano: 2008.	P.33
<b>Quadro 4:</b> Brasil – Situação da Produção Orgânica Total, 2005.	P.34
<b>Quadro 5:</b> Tempos Educativos	P.43
<b>Quadro 6:</b> Matrizes Formativas	P.48
<b>Quadro 7:</b> Elementos da proposta pedagógica dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo	P.51
<b>Quadro 8:</b> Linhas Gerais dos Planejamentos dos Núcleos Setoriais de 2020	P.52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADEOP	Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMOP	Associação de Municípios do Oeste do Paraná
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COPCRAF	Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária (Primeira fase)
PR	Paraná
PRONERA	Programa Nacional de Reforma Agrária
RS	Rio Grande do Sul
SECADI	Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SP	São Paulo
TAC	Curso Técnico em Administração de Cooperativas
UNIOESTE	Universidade estadual do Oeste DO Paraná
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## ÍNDICE

### **INTRODUÇÃO 12**

### **PARTE I - O MOVIMENTO 15**

1.1 Espaço Geográfico e Território: Alguns Apontamentos	15
1.2 Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	16
1.3 Luta pela Democratização da Terra no Brasil	19
1.4 Redes de Produção e Distribuição do Movimento	25

### **PARTE I - AS ESCOLAS DO MOVIMENTO 31**

2.1 Histórico do Assentamento Valmir Mota de Oliveira no Município de Cascavel	31
2.2 Escolas do Campo	35
2.3 Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares	37
2.4 Espaço Escolar	47

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS 54**

### **REFERÊNCIAS 56**

<b>ANEXOS</b> - Entrevista realizada no dia 22/02/2022, com a diretora Edinéia Karina Rodrigues, na Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares	58
--	----

## INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de uma análise da construção de um espaço escolar no campo. Para compreender os processos históricos que resultaram na existência da Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, e sua representação para a comunidade que dela usufrui, é necessário observar o seu contexto.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais especificamente no município de Cascavel-PR, onde hoje está localizado o assentamento Valmir Mota Oliveira, será o recorte de onde partirá esta pesquisa. Um movimento social que luta pelo direito à terra, ou seja, moradia e trabalho dignos, condições de produzir alimentos em um país com alta concentração de terras e de renda, que ao longo de quase quatro décadas de territorialização conseguiu criar uma metodologia de ensino voltada à sua realidade, é um objeto fundamental para entendermos a concretude das escolas do campo.

O Assentamento Valmir Mota, apenas pode ser entendido analisando-seo par dialético formado pelos conceitos campo e cidade, rural e urbano se evidencia. Primeiramente, se faz necessário indicar o entendimento de par dialético enquanto uma falsa dicotomia, algo que é intrinsecamente inter-relacionado. Campo e cidade não são algo que existe por si só, são formas de constituição do espaço, diferenciados a partir de alguns elementos de sua paisagem e de suas funcionalidades para o território onde estão inseridos, geralmente em uma escala municipal.<sup>1</sup>

Tradicionalmente, considerava-se a cidade enquanto espaço dotado desta *urbanidade*, geralmente onde havia certo planejamento territorial, serviços que não se encontravam no campo como ruas asfaltadas, iluminação elétrica, saneamento básico, atendimento médico, transporte coletivo, escolas, enfim. Tratando-se do Brasil, as cidades foram surgindo, a sociedade brasileira foi se distribuindo e organizando no território nacional. Pautado na produção agrícola e na mineração, historicamente é comum dividir o desenvolvimento econômico em ciclos produtivos de determinados gêneros como do ouro, da cana de açúcar, do café, da borracha, etc. À medida que a população foi se concentrando mais expressivamente nos espaços urbanos, o campo estava condicionado a ser o local da produção agrícola, comumente associado ao atraso e à privatização das propriedades em grande escala.

---

<sup>1</sup> Para a professora Rosangela Hespanhol (2013), Campo e Cidade são formas de organizar o espaço, a partir de suas dinâmicas internas, denominadas *ruralidade* e *urbanidade*.

Com a evolução dos processos produtivos, a mecanização do trabalho na agricultura e o crescimento demográfico, o processo de urbanização no Brasil foi se desenhando, as cidades foram se proliferando em quantidade e tamanho e o campo foi, também, se urbanizando. Portanto, não é possível sustentar essa divisão entre espaço rural e espaço urbano de forma binária. Paralelamente à tecnificação da produção agrícola, o campo, ou seja, a divisão social do trabalho baseada na agricultura, na grande propriedade e nos monocultivos, foi se territorializando, e muitas cidades passaram a orientar seu planejamento para esta racionalidade.<sup>2</sup>

Nessa perspectiva, uma escola do campo é uma realidade bastante distinta de uma escola dentro do perímetro urbano de um município, as condições de acesso e permanência estudantil, dentro deste contexto, resultam de uma série de políticas públicas e da organização coletiva de sua comunidade, reivindicando seus direitos. Os limites entre a autonomia do MST e a jurisdição do poder público na escola serão o eixo norteador da presente discussão.

A presente pesquisa tratou de explorar um modelo, um projeto de educação, para a população do campo. Através da análise do caso da Escola Zumbi dos Palmares, no assentamento Valmir Mota em Cascavel-PR, será discutida a representação do espaço escolar para uma comunidade rural, organizada em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A Geografia, enquanto ciência que investiga não apenas o espaço como um dado concreto, como também todas as relações presentes neste dado espaço, as perspectivas histórica, social, política e econômica que conformam o mundo, tal qual nos deparamos hoje, são partes de um processo de construção de cidades, estados, países, blocos econômicos, movimentos sociais, comunidades e escolas.

Compreender o funcionamento de uma escola do campo nos auxilia a refletir, partindo de um recorte específico, sobre os vínculos e rupturas com escalas mais amplas, no caso esta falsa dicotomia entre Cidade e Campo, suas racionalidades e implicações, e

---

<sup>2</sup>Milton Santos aprofunda esta discussão distinguindo cidades no campo, aquelas que não se orientam a esta racionalidade e cidades do campo, as que necessariamente servem a este propósito. Em linhas gerais, o Brasil rural, segundo ele, é objeto de disputas políticas e econômicas voltados à produção agrícola, portanto, todo o desenvolvimento destas cidades do campo orienta-se a essa racionalidade, a estes interesses.

como esta relação, dialética, pode ser entendida conectando-se ao sistema educacional brasileiro, por exemplo.

Enquanto futura professora, o desafio de atuar como mediadora de uma contingência de transformação social presume esta visão crítica do mundo, em sua totalidade. Entender a realidade do estudante, proveniente destes espaços rurais, especialmente no estado do Paraná, se faz fundamental para a construção desta perspectiva crítica da educação; da concentração fundiária no Brasil; do sistema de produção e distribuição de alimentos e da função social do ensino de Geografia, para a formação de cidadãos que podem se tornar agentes de uma efetiva mudança de paradigmas hegemônicos.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, priorizando fontes produzidas pelo próprio Movimento e pelo quadro funcional da escola. Foram realizadas entrevistas com a direção e professores para colher dados mais específicos sobre o funcionamento cotidiano da escola; a entrevista com a diretora, que sintetiza as demais falas nas conversas com os docentes, estará em anexo. Os resultados da pesquisa se encontram distribuídos ao longo de duas partes, sendo a primeira uma contextualização a respeito do MST, e a segunda se dedicará a discorrer sobre o processo de constituição da Escola Zumbi dos Palmares.

Na primeira parte encontra-se um tópico sobre *Apontamentos sobre os Conceitos de Espaço Geográfico e Território*, norteadores de toda a pesquisa; O segundo tópico, é dedicado ao processo de *Formação do MST*, para a compreensão do panorama político do momento de seu surgimento; O *Panorama do MST Atualmente* está subdividido nos dois tópicos seguintes; O terceiro sobre a persistência da luta pela *Democratização da Terra no Brasil*; e o Quarto a respeito do funcionamento de suas *Redes de Produção e Distribuição* de alimentos.

A segunda parte se destina ao *Histórico do Assentamento Valmir Mota de Oliveira*, com uma breve contextualização da presença do Movimento no estado do Paraná e do processo de consolidação de um assentamento. No segundo tópico, tratou-se da perspectiva educacional do MST e de alguns aspectos distintivos das *Escolas do Campo*; em sequência analisou-se especificamente da *Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares*, desde a escola itinerante dos acampamentos até sua efetiva construção. Finalmente, no último tópico, a discussão está voltada a configuração atual da escola, e as dinâmicas presentes na constituição de um *Espaço Escolar do Campo*.



## PARTE I - O MOVIMENTO

### 1.1 Espaço Geográfico e Território: Alguns apontamentos

O *espaço geográfico* pode ser interpretado de diversas formas: para Milton Santos (2002) é o resultado materializado de uma "acumulação desigual de tempos", destacando o papel das técnicas nos *processos, formas, funcionalidades e estruturas* de sua organização. Para Ruy Moreira (1982), trata-se de uma "totalidade estruturada de formas espaciais" e sua ênfase é nas *relações sociais* que o estruturam. O filósofo francês Henri Lefebvre (1991), comumente relacionado à geografia por dedicar-se à discussão sobre o direito ao espaço, ressalta o aspecto da *reprodução* destas relações sociais nos processos de constituição do espaço.

Utilizaremos aqui a síntese destas definições proposta por Rhalf Magalhães Braga (2007), que entende o espaço como o "contínuo resultado das relações sócio-espaciais", ou seja, o espaço não é algo permanente, ele está em constante transformação, portanto, se faz necessário compreender qual desenvolvimento histórico de fatores resultaram na presente conformação e, quais são as dinâmicas estabelecidas entre suas diversas configurações, escalas, usos e fluxos. Estudar sua dimensão geográfica, qual seja, a relação entre o espaço "físico", subdividido em territórios, e as sociedades que o ocupam e imprimem suas ações, sob distintas formas, é o ponto de partida do presente estudo.

Outro conceito que está bem distante de um consenso na Geografia é a noção de território. "O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p. 78-9). Usualmente, sua demarcação é determinada por divisões político-administrativas como Estados nacionais, municípios, estados da federação (no caso de Estados federativos como o Brasil) e continentes. Entretanto, há instâncias muito menos formalizadas deste conceito, como distintas organizações de populações originárias, a comunidade indígena *Kaingang* que discutiremos mais adiante, por exemplo, conforma um território, um domínio sobre determinado recorte espacial.

Além das comunidades e grupos étnicos, quaisquer agrupamentos humanos historicamente organizados segundo etnias, religiões, ou algum recorte sócio-cultural específico, também podem pleitear sua autonomia territorial. Esta dificuldade em estabelecer critérios para sua demarcação provoca diversas controvérsias e para esta análise será considerada a definição descrita inicialmente. Para além das delimitações

territoriais, há ainda a questão de seus usos, essa constante disputa pelo direito à exploração e ocupação do solo em um determinado lugar, está sempre impregnada de intencionalidades.

Vale destacar que dentro da atual divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil, grosso modo, a produção de commodities agrícolas, os argumentos para esta especialização podem ser as condições climáticas, os tipos e composição do solo ou qualquer atributo aparentemente “natural” do território brasileiro, entretanto, só é possível explicar realmente esse arranjo produtivo, ampliando a perspectiva analítica sobre o papel do Brasil, ou da América Latina, e sua inserção histórica no mercado internacional, marcado por profundas assimetrias.

Um recorte territorial, desta forma, nunca pode ser compreendido isoladamente, as relações, funções e usos de cada território, arranjam-se de acordo com interesses próprios à população circunscrita àquele recorte e externos, projetados a partir de agentes do próprio território nacional e estrangeiros; entender um dado processo de territorialização requer observar atentamente todas essas dinâmicas.

A compreensão de um território enquanto um recorte demarcado por relações de poder em um dado espaço permite visualizar como essas dinâmicas funcionam no espaço de uma escola pública, portanto instância local do poder público, e que, entretanto funciona dentro de um território conquistado por um movimento social, que também se relaciona com a prefeitura municipal, através do recolhimento de impostos, por exemplo. Essa dinâmica de estar à margem de alguns serviços mais básicos como linhas de ônibus regulares, atendimento de saúde e ruas asfaltadas, e ao mesmo tempo estar formalmente circunscrito ao município, permeia o cotidiano de qualquer morador das áreas rurais no Brasil; na presente análise observamos também a particularidade de estar inserido em um território do MST.

## **1.2 Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

A Questão Agrária no Brasil é bastante complexa, há uma grande disponibilidade de terras agricultáveis, entretanto, sua propriedade é concentrada em extensos latifúndios, geralmente produtores de commodities agrícolas para exportação, algo que ocorre desde as capitanias hereditárias. A Lei Nº 601, de 18 de Setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras” formalizou as grandes propriedades, concedendo

escritura legalizada aos grandes proprietários, legitimando o modelo de agricultura de grande escala destinada ao mercado externo. A legislação foi atualizada no Regime Militar, com a Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, que “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”, e ainda afirma que “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (Presidência da República, 1964), ou seja, o Estado toma para si o direito a expropriar e redistribuir propriedades rurais. Após a redemocratização e com a nova Constituição, há uma nova reformulação, que permanece até a atualidade, a Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, estabelece que “A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais” e “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (Presidência da República, 1993). Apesar da legislação ter avançado, o cumprimento destas leis ainda está distante de um cenário favorável aos pequenos produtores, há um contingente populacional expressivo que não tem acesso à produção de sua subsistência.

Desta forma, no final da década de 1970, um movimento de trabalhadores do campo começa a se organizar através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que são associações ligadas à Igreja Católica, mais especificamente à Teologia da Libertação, que buscam somar vozes para reivindicar seus direitos por serviços básicos como atendimento de saúde, condições dignas de moradia e saneamento, escolas no campo etc.

Em 1978, no município de Nonoai, no Rio Grande do Sul, houve um conflito por conta do despejo de algumas famílias de uma área que estava em processo de demarcação como território Kaingang. Os governos federal e estadual apresentaram um projeto para transferir essas famílias para o Mato Grosso, algumas aceitaram a proposta, porém, outras discordaram por razões culturais, familiares, sua identidade com aquele local. Em 1979, um grupo de 110 famílias se organizou para ocupar as fazendas “Macali” e “Brilhante”, no município de Ronda Alta/RS. Essas terras eram públicas e possuíam contratos de propriedade irregulares que estavam em litígio com o poder público. A ocupação contou com apoio da opinião pública de modo geral, de sindicatos e da Pastoral da Terra, também ligada à Igreja Católica.

Durante a década seguinte, os trabalhadores foram levantando dados de outras fazendas que estavam em situação irregular com a justiça e houve novas ocupações. Em 1984, no município de Cascavel, no Paraná, aconteceu o primeiro Encontro Nacional, onde foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. À medida que foi se territorializando, o MST sempre se preocupou em estabelecer condições de trabalho, moradia digna e serviços básicos à população assentada. Vale ressaltar que cada assentamento, além de uma unidade de produção agrícola, é o espaço da reprodução da vida e socialização de sua população. A educação, não apenas das crianças como também de jovens e adultos não-escolarizados, era uma demanda latente do Movimento.

Em 1986, em Sarandi/RS, é fundada a primeira escola, no acampamento da fazenda Annoni, onde hoje se encontra um assentamento regularizado. Em 2007, foi fundado o Projeto Educar, estendendo ao ensino sua dimensão profissionalizante. Aos assentados são oferecidos além do ensino regular, cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária com habilitação em Agroecologia, e um curso superior de Agronomia em convênio com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Há também a política de alfabetização de jovens e adultos, baseada na metodologia cubana “Sim, eu posso”<sup>3</sup> e na pedagogia freiriana “Círculo de Cultura”<sup>4</sup> que compõe as “Brigadas de Alfabetização”, nomenclatura dada pelo MST para esta forma coletiva de escolarização básica para a população dos acampamentos e assentamentos, presentes também em alguns espaços urbanos ligados ao Movimento, como discorreremos melhor adiante.

A perspectiva da Reforma Agrária, segundo seus dirigentes, permanece como eixo norteador do Movimento. Uma divisão mais racional e igualitária de terras no território brasileiro é sua principal finalidade, bem como a preocupação com uma produção

---

<sup>3</sup>O “Sim, eu posso!” É um método de alfabetização em massa, que foi utilizado para erradicar o analfabetismo em Cuba, e já chegou a cerca de 30 países, com uma metodologia a partir de vídeo-aulas para alfabetizar jovens e adultos. Em 2006 o método chegou ao Brasil em uma parceria com algumas prefeituras do estado do Piauí. No ano seguinte, em 2007, o MST apropriou-se da metodologia e começou a aplicá-la nas áreas de Reforma Agrária. A metodologia do “Sim, eu posso!” se apoia nas telenovelas, em turmas reduzidas de até 15 educandos. A partir dos capítulos da telenovela, há uma aproximação das letras do alfabeto e dos números, facilitando a memorização e o aprendizado de cada letra. Com o tempo e as aulas, os educandos passam a identificar e construir/escrever palavras e frases.

<sup>4</sup>O Círculo de Cultura é um método criado por Paulo Freire que parte do pressuposto da construção do conhecimento por meio do diálogo - fator básico e necessário à prática pedagógica democrática. Estas são características dos Círculos de Cultura - o diálogo, a participação, o respeito ao outro, ao trabalho em grupo, a dinâmica de um constructo contínuo. Portanto, os Círculos de Cultura são espaços no qual se ensina e se aprende. Espaço em que a preocupação não é simplesmente transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de construção do conhecimento de forma coletiva, através das experiências vividas.

orgânica e agroecológica. A forma de produzir, as relações de venda e troca destes produtos, reflete-se diretamente na relação que os indivíduos assentados estabelecem entre si e com o mundo, é um processo histórico e dialético, em constante transformação. A educação, deste modo, é parte fundamental desta totalidade, da compreensão do indivíduo deste espaço, como ele se divide, quais as funções de cada grupo de pessoas, de cada família, de estudantes e professores, como também a forma que essas relações se projetam para outros espaços como o entorno do assentamento, e os lugares para onde se destina a produção de alimentos.

### 1.3 Luta pela Democratização da Terra no Brasil

Em Janeiro de 2022, o Movimento completou 38 anos. A realidade política e econômica mudou pouco desde o surgimento do MST, ou seja, as terras continuam concentradas pelo agronegócio, corroborando a persistência do Movimento, sob o lema “Terra para quem nela vive e trabalha”. Os avanços até o presente momento, se dão mais em âmbito interno, na consolidação do maior movimento popular brasileiro, e no fortalecimento de sua estrutura organizativa.

Atualmente, o MST é composto por 450 mil famílias assentadas e cerca de 90 mil famílias acampadas, organizadas em 24 estados brasileiros. Essas famílias estão organizadas por meio da agricultura familiar camponesa atuando em 1,9 mil associações comunitárias, 160 cooperativas e 120 agroindústrias, produzindo alimentos saudáveis para o campo e a cidade (MST, 2022)

O atual Programa de Reforma Agrária do MST, resultante do último Congresso Nacional do Movimento, ilustra, através de sete pontos norteadores, quais são, ou melhor, de que forma, os assentados e militantes acreditam que deve ser o modelo de distribuição de terras no território brasileiro:

#### 1. TERRA

Democratizar o acesso à terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, para o povo brasileiro, garantindo a função social da terra e direitos de demarcação para os povos originários, comunidades tradicionais e trabalhadores(as) do campo. Impedindo a concentração de propriedades e eliminando o latifúndio.

#### 2. NATUREZA

Assegurar e preservar os bens da natureza, as águas, biodiversidade (fauna e flora), minérios e fontes de energia como um bem público, acessível para toda a população, sem que se tornem mercadorias como objetos de apropriação privada. Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental.

### 3. SEMENTES

As sementes são patrimônios da natureza e não pode haver sobre elas propriedade privada e controle econômico que se sobreponha a soberania nacional, em favor da produção e usufruto das sementes e mudas, a fim de preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, tradicionais ou melhoradas, que contribuam com o campesinato e o fortalecimento da biodiversidade dos biomas regionais.

### 4. PRODUÇÃO

Produzir alimentos com o povo e para o povo, cultivando ambientes sustentáveis com produção saudável, preferencialmente, a partir de técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas. Desenvolver a produção e as relações sociais, garantindo a permanência no campo por meio de formas de trabalho e renda a partir das associações, cooperativas e agroindústrias.

### 5. ENERGIA

Desenvolver de forma cooperada a produção de energia, considerando as especificidades das regiões, municípios e comunidades, com diferentes fontes de recursos renováveis que atendam as necessidades do povo, construindo a soberania energética nacional de forma estratégica e que não ceda às especulações e privatizações do capital financeiro internacional.

### 6. EDUCAÇÃO E CULTURA

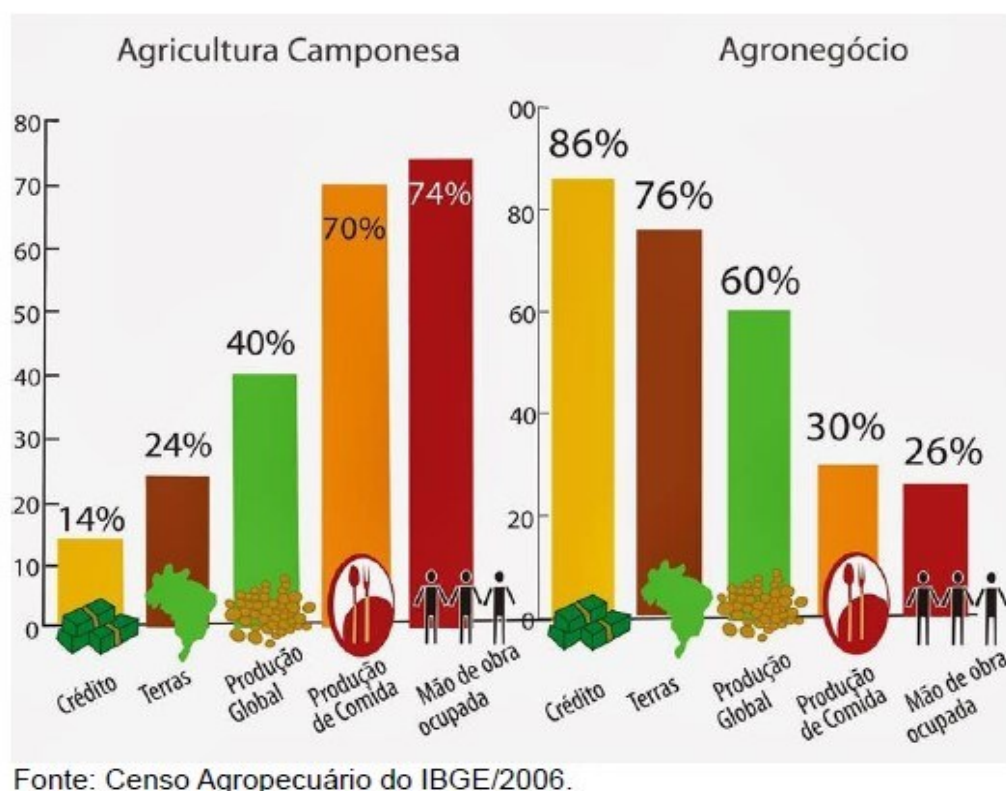
Garantir a população que vive no campo acesso aos bens culturais, bem como, o direito à educação pública de qualidade e gratuita. Desenvolver permanentemente formações de caráter técnico, científico e político a partir de perspectivas críticas da realidade e lugar social. Dominar os meios de comunicação e suas ferramentas em favor da cultura camponesa a partir de suas vozes e memória coletiva, buscando a superação de preconceitos e discriminações, desenvolvendo transformações sociais.

### 7. DIREITOS SOCIAIS

O campo deve ser um lugar de bem viver, livre de violências, assegurando que a população rural tenha oportunidades e condições de vida digna, onde os direitos trabalhistas sejam garantidos e as relações de trabalho estejam baseadas na cooperação e combate à alienação de classe, considerando que o acesso à terra, seus bens diversos e frutos devem garantir subsistência e soberania nacional, de forma que esses direitos sejam invioláveis perante o lucro.” Reforma Agrária Popular e a luta pela Terra no Brasil do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. (MST, 2021)

Paralelamente ao crescimento do MST, pouco se avançou no que diz respeito às políticas públicas para a reforma agrária. O entendimento da amplitude da questão, seus desdobramentos e uma análise cada vez mais qualitativa da concentração não só das terras, mas de todo o modo de produção agrícola no Brasil, se constrói cada vez mais com a luta popular, em contrapartida aos processos governamentais que privilegiam cada vez mais o agronegócio.

## **Figura 1: Comparação entre Agricultura Camponesa e Agronegócio**



A figura 1 ilustra bem esta questão. Há uma relação inversa em todas as variáveis, especialmente o montante de crédito que o poder público destina aos grandes produtores, em comparação com a agricultura familiar. O censo agropecuário utiliza a nomenclatura agricultura camponesa, respeitando a autodeclaração dos povos do campo, da mesma forma que utiliza este critério para a nomenclatura de raças no censo populacional; a controvérsia em torno do conceito de camponês não será discutida neste estudo, respeitando os termos tais quais eles se apresentam nas fontes consultadas. O gráfico também explicita a disparidade entre a disponibilidade de terras, o contingente de pessoas ocupadas e os gêneros produzidos em ambos os modelos.

É necessário ressaltar que diante deste cenário, o MST não é o único movimento popular organizado em torno da questão agrária, o quadro 1 nos traz alguns exemplos de movimentos sociais contemporâneos do MST, para demonstrar a amplitude do problema de acesso à terra no Brasil:

**Quadro 1: Movimentos sociais desde a década de 1970 no Brasil**

Nome	Estados(s)	Ano de Início
Comissão Pastoral da Terra	BA, PB e RN	1974/75
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, TO, DF, GO, RO, MT, MS,	1984
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	BA, PA	1994
Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP)/CUT	SP	1992/93
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT)	MT	1994
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)	PE	1989
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS)	MS	1992
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS)	MS	1996
Movimento da Terra (MT)	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta (MCL)	PE	1996
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara (MCC)	RO	1996
Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)	MA, PE, MG, RN, e SP	1997
Liga Operário-Camponesa	RO	1998
Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST)	DF, MA, PA	1998
Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

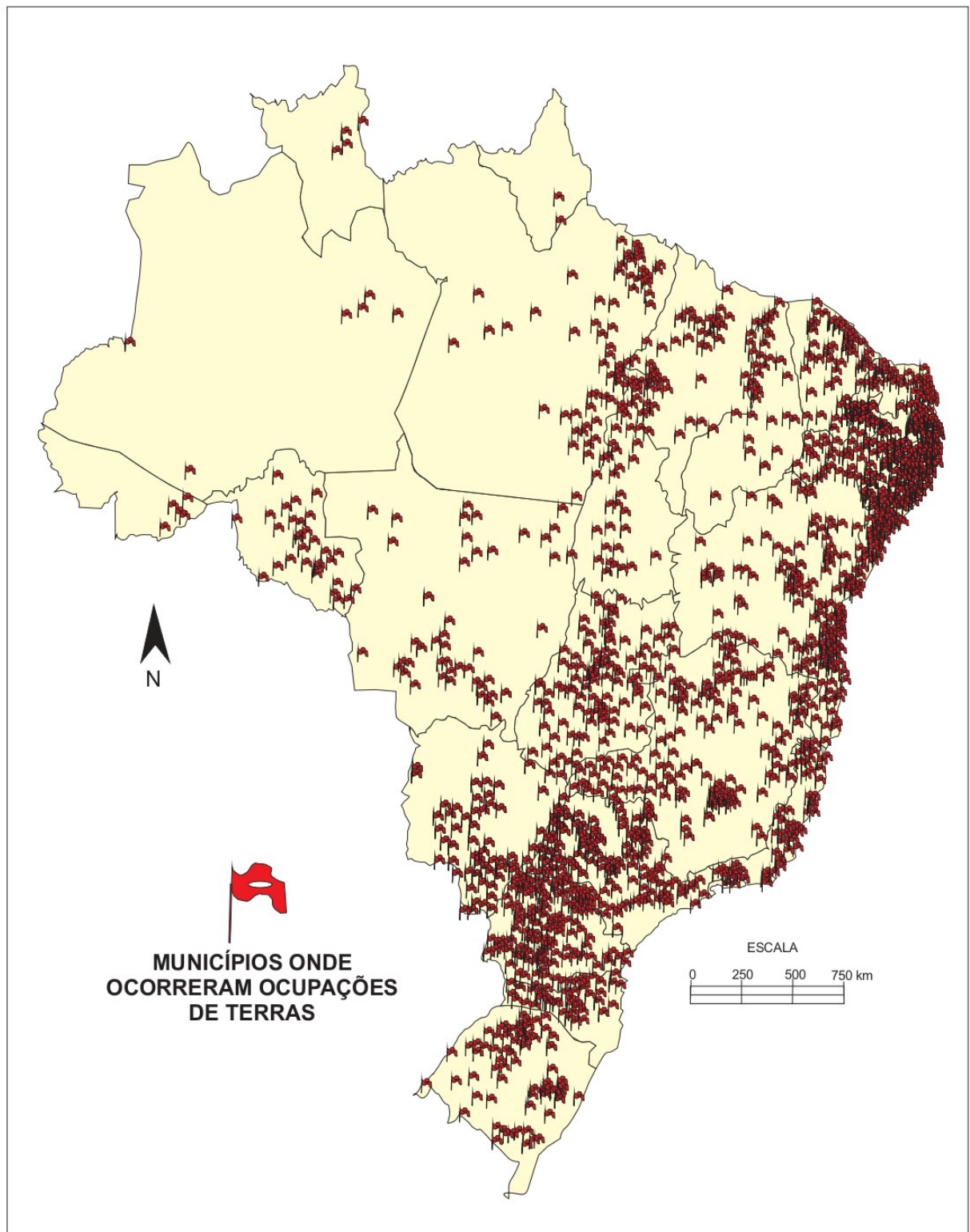
Fonte: Fernandes, 2000 e Pesquisa de Campo, 2000.

Desde a década de 1990, surgiram outros movimentos, alguns se reagruparam, enfim, enquanto a situação de privilégio do agronegócio persistir, haverá conflito e resistência. Não será tema desta pesquisa as particularidades de cada articulação, suas divergências ou convergências, O MST é, até o presente momento, o movimento de maior abrangência em território nacional, como veremos com mais detalhes no tópico seguinte.

O mapa na figura 2 abaixo elucida a dimensão da questão agrária, sinalizando a grande quantidade de ocupações de terras no Brasil.



**Figura 2: Municípios onde ocorreram ocupações de terras no território brasileiro.**

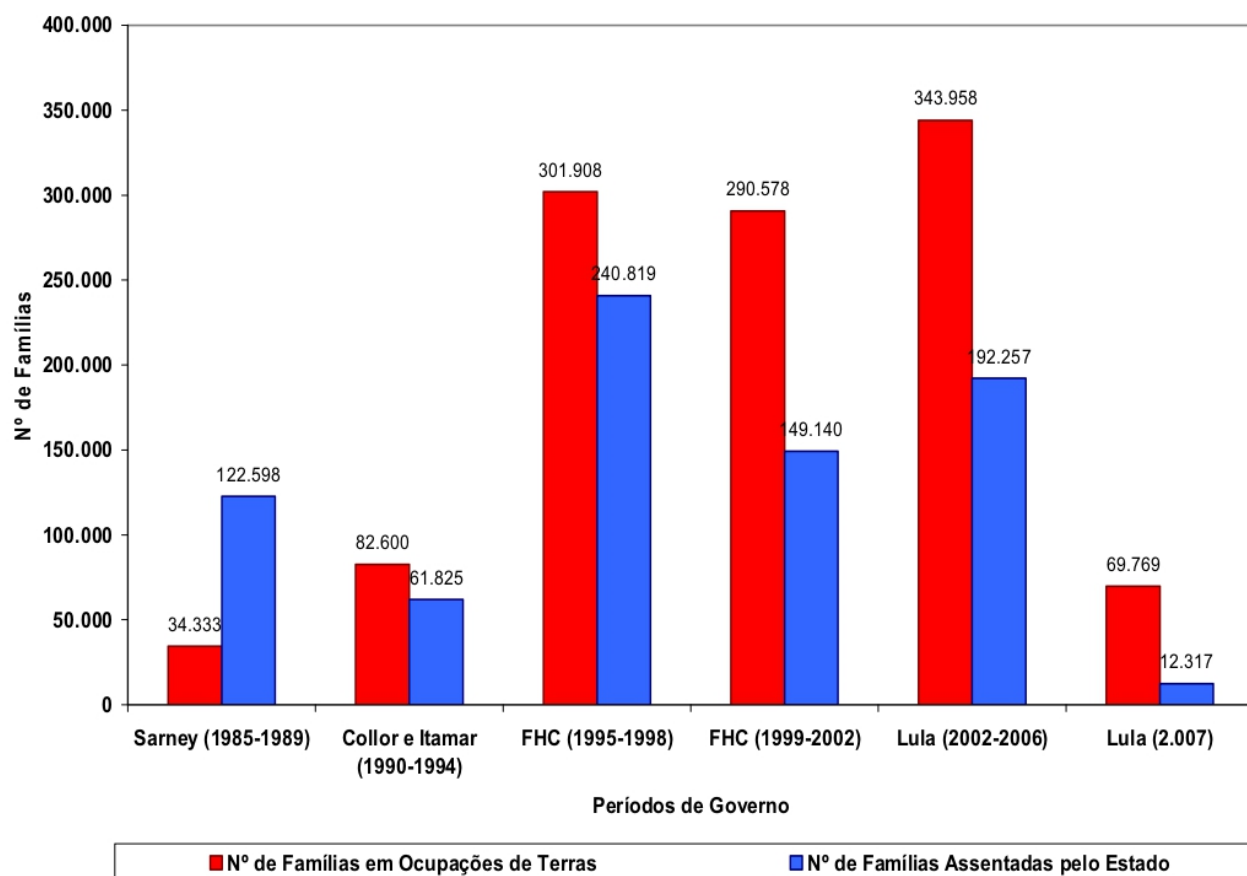


**Base de dados:** DATALUTA, 1978-2007.

**Organização dos Dados e Edição do Cartograma:** Sérgio Gonçalves, setembro de 2008.

O número de acampamentos não necessariamente resulta em assentamentos. Abaixo podemos visualizar na figura 3, a diferença entre ocupações e assentamentos ao longo de seis mandatos presidenciais diferentes.

**Figura 3: Brasil – Número de Ocupações e Número de Assentamentos realizados entre 1985 e 2007.**



**Fonte:** DATALUTA, Relatório 2007.

O governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente em seu primeiro mandato, foi um período de grande efervescência de ocupações de terra, porém, nem todas as famílias acampadas foram assentadas.

Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) assentou 240.819 famílias, porém, o número de acampados superou em 61.089 famílias esta marca, já que no período os sem terra conseguiram acampar 301.908 famílias. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o déficit foi ainda maior. Enquanto o Estado assentou 149.140 famílias, das 290.578 famílias acampadas pelos movimentos sociais, 141.478 continuam sem terra. (GONÇALVES, 2008, 173)

Durante o governo Lula, também houve uma disparada no número de ocupações, que também não se refletiu na quantidade de assentamentos:

Apesar de propor o II PRNA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo petista também apresentou as mesmas deficiências de seus antecessores. Enquanto os sem terra bateram recordes de organização, atingindo 343.958 famílias acampadas, o Governo assentou 192.257 famílias e acumulou um saldo negativo de 151.701 famílias acampadas e não beneficiadas pelos programas de reforma agrária. (...) A falta de uma ação efetiva no desenvolvimento de um amplo processo de reforma agrária por parte do Estado brasileiro reforça o poder do capital fundiário, que continua a exercer seu poder de controle territorial (GONÇALVES, 2008, 174)

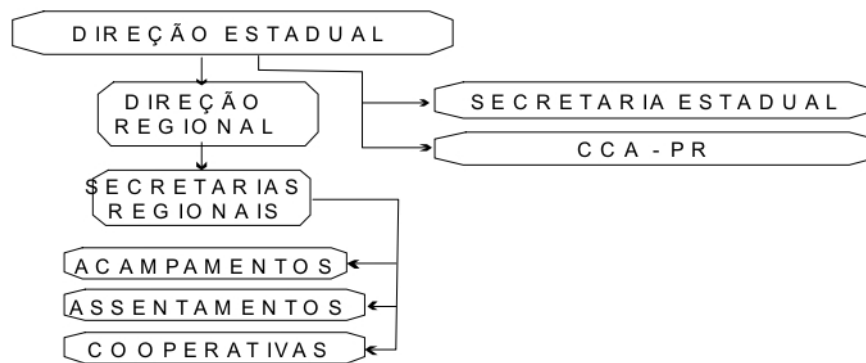
Até o presente momento não foi efetivado o II PRNA; o primeiro aconteceu na década de 1980, durante o governo Sarney. Durante as administrações de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, também não houve esforços significativos, ao contrário, há inclusive tentativas de criminalizar movimentos sociais. Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Bolsonaro ampliou o desmonte com o Decreto nº10.252, que extinguiu cargos e funções do INCRA, exonerando e dispensando funcionários (BRASIL, 2020). Sem mencionar os ataques à legislação ambiental e as ameaças abertas à populações indígenas, o cenário atual já é bastante desfavorável a qualquer avanço no sentido de políticas públicas de democratização de acesso à terra no Brasil.

O próximo tópico será destinado à atual conjuntura interna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

#### **1.4 Redes de Produção e Distribuição do Movimento**

A organização política do MST é bastante complexa, há uma direção nacional, que organiza os Congressos que acontecem a cada cinco anos, em média, decidindo os rumos do movimento como um todo. Contudo, para a presente discussão, o foco será na escala estadual do movimento, denominada “organização de base” conforme podemos observar na figura 4:

**Figura 4: Fluxograma da organização política do MST**

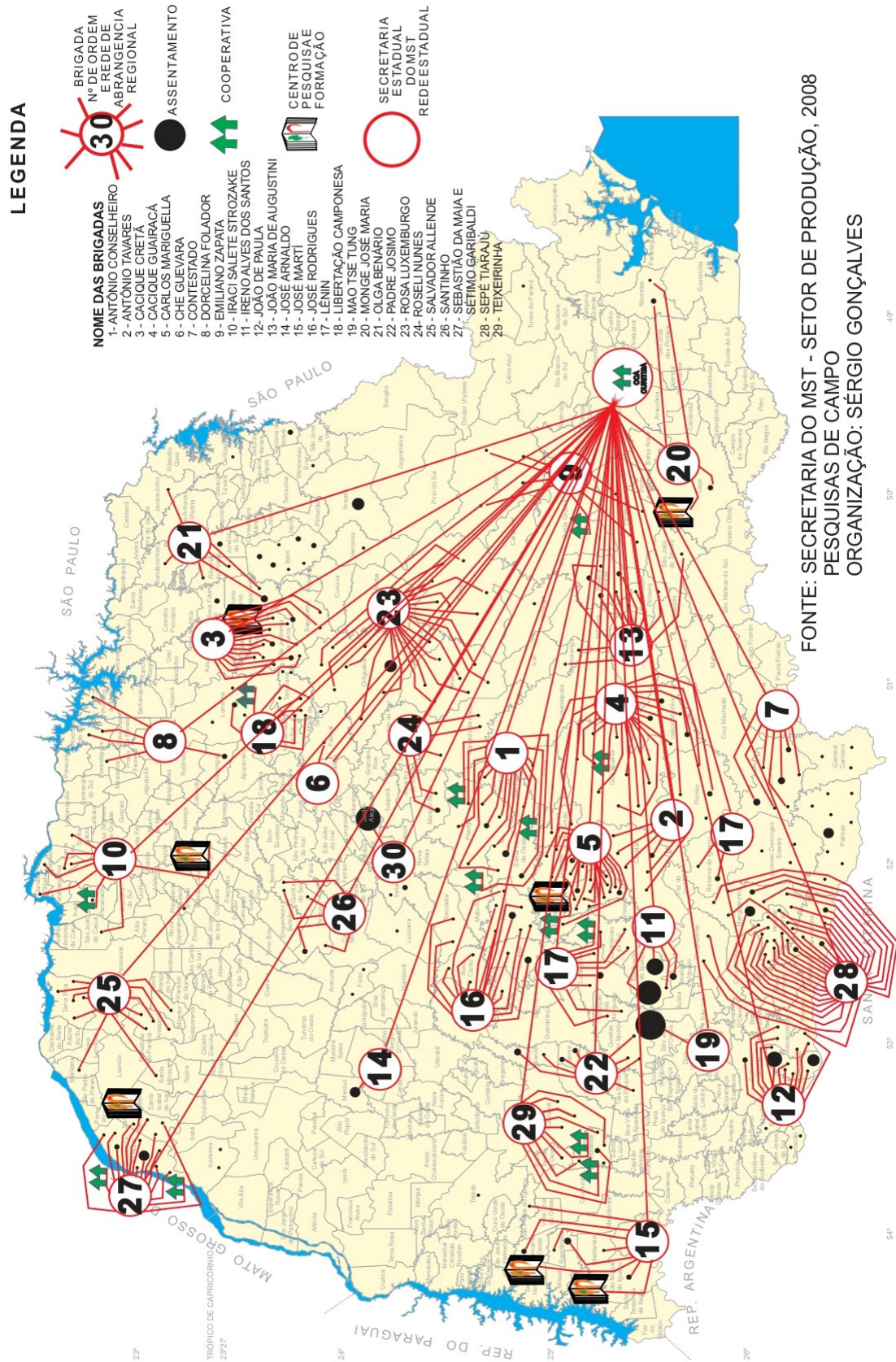


Fonte: Secretaria do MST, Curitiba – 2008.

A forte presença do movimento no estado do Paraná, pode ser melhor observada na figura 5 que ilustra suas Brigadas, ou seja “instâncias organizativas participativas, focadas nos núcleos familiares de base (acampamentos e assentamentos)” (GONÇALVES, 2008, p.208). Dessa forma, a identidade de cada família com o Movimento como um todo, é garantida e a sensação de proximidade e pertencimento é uma constante nas entrevistas com assentados; juntamente com o setor educacional, o MST mantém esse constante esforço em seu trabalho de base.



Figura 5: Distribuição da produção do MST no estado do Paraná.



De acordo com sua página na internet, o MST conta com 190 associações, majoritariamente de pequeno e médio porte, atuando nas diversas etapas de produção, distribuição e comercialização de alimentos em 17 feiras estaduais espalhadas por todo o país, além da feira nacional que acontece anualmente na cidade de São Paulo (o Movimento denomina toda essa rede de *cadeias produtivas da Reforma Agrária*). Os cultivos variam e os itens com maior expressividade são arroz, leite, carne, café, cacau, sementes, mandioca, cana-de-açúcar e grãos. Essa “cadeia” é resultado do trabalho de mais de 50 mil famílias e, atualmente, seu enfoque é em práticas agroecológicas e alimentos orgânicos. Vale destacar que o Movimento é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. O conceito de cadeia produtiva envolve um debate complexo e se faz necessário diferenciá-lo do conceito de circuito produtivo (neste trabalho, a nomenclatura será mantida como nome próprio, atribuído pelo MST).

Dessa forma, *Cadeias produtivas* são formadas pela somatória de distintas etapas em um processo produtivo, uma análise focada nas empresas, voltada à dimensão mercadológica dos fluxos materiais. Já o conceito de *circuitos espaciais produtivos*, busca compreender as implicações decorrentes do processo de modernização do território e sua relação com as etapas do processo produtivo, possui foco no espaço geográfico. Quando a análise se volta aos fluxos imateriais, arranjos político-institucionais, como por exemplo incentivos fiscais, transferência de ordens, informações, temos a conformação de círculos de cooperação no espaço (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

A rede de assentamentos do MST, e seus circuitos de distribuição, podem ser melhor compreendidas observando o quadro a seguir que nos mostra a presença do Movimento em todo o território nacional:

**Quadro 2: Brasil - Número de Assentamentos Rurais, segundo os Estados da Federação, no período 1979 – 2007.**

Unidade da Federação/ Região	Nº de Projetos	%	Nº de Famílias	%	Área (ha)	%
AC	130	1,66	24.859	2,76	5.026.057	7,61
AM	108	1,38	42.072	4,66	23.034.647	34,86
AP	32	0,41	10.151	1,13	1.947.832	2,95
PA	824	10,51	207.202	22,97	12.834.936	19,42
RO	133	1,7	33.414	3,7	1.874.326	2,84
RR	46	0,59	15.280	1,69	1.281.462	1,94
TO	344	4,39	22.918	2,54	1.174.971	1,78
<b>NORTE</b>	<b>1167</b>	<b>20,63</b>	<b>355.896</b>	<b>39,45</b>	<b>47.174.231</b>	<b>71,38</b>
AL	138	1,76	13.159	1,46	99.653	0,15
BA	600	7,65	43.844	4,86	1.496.645	2,26
CE	391	4,99	23.405	2,59	831.098	1,26
MA	907	11,57	126.307	14	4.166.665	6,23
PB	251	3,2	13.233	1,47	232.461	0,35
PE	518	6,61	31.436	3,48	502.596	0,76
PI	417	5,32	31.013	3,44	1.215.841	1,84
RN	281	3,58	20.036	2,22	515.457	0,78
SE	154	1,96	7.844	0,87	131.744	0,2
<b>NORDESTE</b>	<b>3657</b>	<b>46,65</b>	<b>310.277</b>	<b>34,4</b>	<b>9.142.160</b>	<b>13,83</b>
DF	11	0,14	746	0,08	5.290	0,01
GO	362	4,62	21.498	2,38	902.321	1,37
MS	183	2,33	30.967	3,43	667.522	1,01
MT	551	7,03	99.526	11,03	60.078.305	9,09
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.107</b>	<b>14,12</b>	<b>152.737</b>	<b>16,93</b>	<b>7.582.438</b>	<b>11,47</b>
ES	83	1,06	4.114	0,46	41.493	0,06
MG	342	4,36	2.237	2,47	923.990	1,4
RJ	54	0,69	4.738	0,53	61.411	0,09
SP	224	2,86	15.338	1,7	408.226	0,62
<b>SUDESTE</b>	<b>703</b>	<b>8,97</b>	<b>46.427</b>	<b>5,15</b>	<b>1.435.120</b>	<b>2,17</b>
PR	307	3,92	19.210	2,13	402.299	0,61
RS	304	3,88	11.986	1,33	256.466	0,39
SC	146	1,86	5.545	0,61	93.673	0,14
<b>SUL</b>	<b>757</b>	<b>9,66</b>	<b>36.741</b>	<b>4,07</b>	<b>752.438</b>	<b>1,14</b>
<b>BRASIL</b>	<b>7.841</b>	<b>100</b>	<b>902.078</b>	<b>100</b>	<b>66.086.387</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA, Relatório 2007, pág. 16.

O MST, através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), organiza-se em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), onde a propriedade e o trabalho são coletivos, além dessa rede de organização e distribuição produtiva define o que será destinado à subsistência dos acampamentos e assentamentos, bem como o que será comercializado, onde e de que forma.

Em cada CPA, normalmente há um planejamento anual de safra, que serve de base para os planejamentos quinzenais das atividades, dimensionando a

necessidade de trabalho, tempo de trabalho, quantidade de trabalhadores, equipamentos e insumos necessários para as atividades do período. (ADDOR, CHIARIELLO, LARICCHIA, KAWAKAMI, 2015, p.8).

Em 1993, foi iniciado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), com a finalidade de capacitar os assentados a gerir as cooperativas, presente em muitas das escolas do movimento. Em 1995, foi criado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis-RS, responsável por estabelecer as diretrizes que serão aplicadas às cooperativas, e formação de seus quadros técnicos.

Em 2000, em seu IV Congresso Nacional, o MST se comprometeu a "Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social." (MST, 2000).

Um modelo de plantio agroecológico e orgânico, tem sido norteador das práticas nos assentamentos. O movimento ainda desenvolve diversas parcerias com instituições nacionais e internacionais como universidades e órgãos públicos, e parcerias para fornecer alimentos às escolas da rede pública em suas merendas. Em 2009, o governo federal criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), iniciativa que visa garantir uma melhor educação alimentar e nutricional aos estudantes de escolas públicas, através de repasses de verbas aos estados e municípios, com base no Censo Escolar.

O MST é um dos principais conveniados ao programa, bem como outras articulações de pequenos produtores de alimentos. Em 2021, foi lançado o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), com o objetivo de garantir que 30% dos recursos sejam direcionados para compras da agricultura familiar, a campanha se iniciou fazendo um levantamento com mais de 800 educandos de todas as regiões do país; atualmente, o levantamento está sendo feito com agricultores e seu relatório final será enviado às prefeituras municipais e à direção do PNAE, com a finalidade de pleitear o não desmantelamento do programa.

No caso do Paraná, a cooperativa Terra Livre distribui alimentos dos assentamentos para as escolas públicas do estado, alimentando mais de 1 milhão de estudantes. Algumas prefeituras, como São Paulo e Porto Alegre, tentaram regulamentar parcerias com assentamentos e garantir que a merenda escolar fosse proveniente exclusivamente de produtos orgânicos e de agricultura familiar, contudo, as iniciativas foram colocadas de lado devido a mudanças de gestão, sendo o PNAE ainda o único programa em larga escala deste tipo de políticas públicas alimentares.



## **PARTE II - AS ESCOLAS DO MOVIMENTO**

### **2.1 Histórico do Assentamento Valmir Mota de Oliveira, no Município de Cascavel/PR**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realiza, desde seu surgimento, um levantamento das terras agricultáveis no território brasileiro, mapeando propriedades improdutivas e em situação irregular com o governo brasileiro, estados da federação e prefeituras municipais. Desta forma, o assentamento Valmir Mota, localizado na antiga Fazenda Cajati, na área rural do município de Cascavel-PR, faz parte de 9 mil assentamentos distribuídos em 26 estados, totalizando cerca de 980 mil famílias assentadas no Brasil, atualmente. Sendo no Paraná, 326 assentamentos com mais de 18 mil famílias assentadas (MELLO, 2018, p.9).

O processo de consolidação de um assentamento começa com a ocupação desta terra improdutiva; desenvolve-se, então, um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), onde as famílias ocupantes são distribuídas, bem como as atividades necessárias, como a construção dos acampamentos e a definição das estratégias administrativas, políticas e jurídicas para a legalização da posse destas famílias em seus lotes.

Neste caso específico, o PDA foi desenvolvido juntamente aos técnicos da Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP). Cada assentamento sempre busca as autoridades competentes de sua região, definidas pelo INCRA, instâncias locais e regionais do MST, e forma uma frente com as famílias acampadas.

O assentamento Valmir Mota Oliveira foi criado, ou seja, registrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 13 de dezembro de 2010, após os técnicos do Instituto analisarem e regulamentarem a demarcação dos lotes, de acordo com parâmetros técnicos e normativas específicas do INCRA. O assentamento foi batizado em homenagem ao agricultor Valmir Mota de Oliveira, conhecido como “Keno”, que segundo notícia veiculada na página de MST, foi assassinado em 2007, durante uma ocupação em um campo de experimentos ilegais de transgênicos da empresa transnacional suíça Syngenta, especializada em sementes e produtos químicos voltados para o agronegócio, na cidade de Santa Terezinha do Oeste, no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná. Nesta ocasião, 150 integrantes da Via Campesina (articulação internacional de movimentos sociais do campo, entre eles o MST), foram

abordados a tiros por cerca de 40 agentes da NF Segurança, uma empresa privada contratada pela Syngenta. Além do assassinato de Keno, outros quatro agricultores ficaram feridos, entre eles, Isabel, que foi baleada e perdeu a visão do olho direito.

De acordo com a página do MST, “depois de 13 anos de ocupação do complexo Cajati pelo MST, as 83 famílias finalmente terão seu pedaço de terra para garantir sua produção, com cada uma ficando com um lote de 7 hectares, já que em 2010, uma das fazendas do complexo foi destinada à Reforma Agrária” (MST, 2012). Após o loteamento, o Governo Federal, através do Banco Do Brasil, disponibiliza um “auxílio de apoio inicial” para as famílias cadastradas no PDA “O repasse de 2.400 reais estabelecidos pela União para cada família está condicionado com a documentação correta dos membros responsáveis pela família, além da disponibilidade de recursos financeiros da União.” (MELLO, 2018, p.101).

O INCRA se responsabiliza por abrir licitações para a construção de uma infraestrutura básica necessária ao assentamento, como estrada de acesso ao local, rede elétrica e saneamento básico. No assentamento Valmir Mota não havia asfalto até a data das entrevistas. Esse processo de conformação, só foi concretizado a partir de muita organização e mobilização das pessoas que compõem o Movimento. As políticas públicas que possibilitam o assentamento das famílias de agricultores mudam a cada nova gestão, e o MST precisa se reajustar a cada nova política de cada novo governo; o caso analisado é ilustrativo, mas apenas resulta de um determinado arranjo político, jurídico-administrativo, em um determinado período, conforme descrito anteriormente.

Cascavel é um município tradicionalmente pautado no agronegócio. Uma das principais dificuldade para que a produção seja orgânica é justamente o entorno da plantação (agrotóxicos se dissipam facilmente pelo ar); portanto, se as propriedades no entorno do assentamento não tem a mesma preocupação, o plantio orgânico pode ser prejudicado.

O Paraná é o terceiro Estado do país com maior consumo de agrotóxicos, sua agricultura é baseada hoje na grande produção de monoculturas como a cana de açúcar, o milho, a soja, a mandioca, o trigo, o feijão, a batata, a laranja, a cevada e o centeio que fortalecem a indústria e sua grande maioria é destinada para a exportação em outros países (MAIA, 2018, p. 19)

As auditorias para a manutenção da certificação são periódicas, portanto, se o assentamento deixar de cumprir as exigências, o certificado pode ser revogado. As práticas sustentáveis devem fazer parte do cotidiano da produção. Segundo o Observatório de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas da

Associação Brasileira de Saúde Coletiva- ABRASCO, em um dossiê publicado em 2015, o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, sendo o Paraná um dos maiores consumidores em todo o país.

A certificação de produtos orgânicos é compulsória e foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Para que um produto seja rotulado e vendido no Brasil como “orgânico” é obrigatório que a unidade de produção passe por um dos 3 mecanismos de garantia da qualidade orgânica – certificação por auditoria, certificação participativa ou estar vinculada à uma organização de controle social. (BRASIL, 2020)

Além de toda a burocracia para obter a certificação, os custos são bastante elevados, o que inviabiliza o processo para pequenos agricultores. Nos assentamentos, uma preocupação constante do MST é que as famílias tenham condições de produzir e a posse da terra tão somente não garante que o agricultor arque com todos os custos de produção. A tabela a seguir nos mostra alguns valores com que os agricultores se deparam:

**Quadro 3: Custos de Certificação, segundo valores de referência. Ano: 2008.**

Tipo de Despesa	Valores de Referência (R\$)		Fatores Considerados
	Mínimo	Máximo	
Taxa de Inscrição/Filiação	500,00	6.500,00	Faturamento ou Tamanho da Propriedade Rural.
Diária de Técnico/Inspetor	240,00	700,00	-
Despesas Preliminares à Inspeção	180,00	2.800,00	Transporte, Telefone
Elaboração de Relatório	260,00	2.000,00	Dados Coletados na Unidade de Produção Avaliada.
% sobre o faturamento	1,0%	2,0%	Valor da Produção Certificada Comercializada.
Taxa de Inspeção Periódica	500,00	1.300,00	Tipo de Cultivos, Área.
Análises Químicas do Solo e Plantas	600,00	1.700,00	Resíduos Químicos de Pesticidas e Adubos Sintéticos
Outras Análises Químicas	350,00	1.000,00	Resíduos Químicos Específicos (Nitratos, Nitritos, Contaminantes, etc).
Custos Totais (somatória dos valores de referência)	2.630,00	16.000,00	

Fonte: Certificadoras AAO, ANC, Ecocert, FVO e IBD.

Elaboração: Sérgio Gonçalves

Diante de tantos entraves, o Brasil enquanto país periférico no sistema econômico mundial, ainda precisa avançar muito para que a produção de alimentos orgânicos seja mais significativa. Podemos observar no quadro 4, a distribuição deste tipo de produção nos estados da federação:

**Quadro 4: Brasil – Situação da Produção Orgânica Total, 2005.**

<b>Estados da Federação</b>	<b>Numero de Propriedades</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>Área Média</b>
Paraná	4.122	11.252	2,73
Rio Grande do Sul	1.662	3.716	2,24
Santa Catarina	706	5.922	8,39
São Paulo	533	52.210	97,95
Maranhão	474	8.175	17,25
Bahia	431	8.217	19,06
Minas Gerais	263	14.286	54,32
Pernambuco	255	1.052	4,13
Mato Grosso	217	80.258	369,85
Paraíba	184	1.857	10,09
Mato Grosso do Sul	176	13.440	76,36
Distrito Federal	164	852	5,20
Ceará	151	16.420	108,74
Espírito Santo	137	2.606	19,02
Acre	119	32.379	272,09
Rio Grande do Norte	115	1.788	15,55
Amapá	106	4.540	42,83
Rondônia	100	1.656	16,56
Sergipe	92	817	8,88
Alagoas	62	12.366	199,45
Rio de Janeiro	51	1.485	29,12
Piauí	40	28.619	715,48
Goiás	11	7.030	639,09
Tocantins	1	12.100	12.100,00
<b>Total</b>	<b>12.801</b>	<b>811.519</b>	<b>63,39</b>

Fonte: Ministério da Agricultura e da Pecuária, 2005.

Organização: Sérgio Gonçalves

Podemos destacar que a situação do estado do Paraná, onde há o maior número de propriedades produtoras de orgânicos em território nacional, é bastante privilegiada, entretanto, ao compararmos a área destinada a essa produção, observamos que o Paraná se encontra na 9ª posição, atrás do Mato Grosso, São Paulo, Acre, Piauí, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Tocantins, o que também deixa claro que são as pequenas propriedades paranaenses que se dedicam a este tipo de produção.

A perspectiva agroecológica, além de uma demanda de saúde pública, é uma questão política, que desafia os interesses dos grandes produtores de grãos, que dificultam ainda mais modelos alternativos de produção. Outra preocupação é o preço de alimentos orgânicos, geralmente mais altos que os produzidos em larga escala. Para o Movimento, é importante que essa “comida de verdade” seja acessível à população, portanto, além das feiras, há a iniciativa de distribuir às escolas da prefeitura do município:

Uma conquista recente das famílias do assentamento através da cooperativa COPCRAF (Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar) foi de participar do programa institucional PNAE (Programa Nacional de alimentação escolar) estadual, a cooperativa ganhou parte do projeto somando um total de 935.763,68 em produtos a serem entregue em 46 escolas estadual no município de Cascavel, Santa Tereza do Oeste e Lindoeste. (MAIA, 2018, p.68)

Em síntese, os gêneros produzidos pelo assentamento podem ser descritos no seguinte trecho:

Grande parte da produção gira em torno da cultura leiteira. A escolha foi devido ao planejamento feito pelo PDA, pela facilidade e necessidade de pouco investimento, já que o crédito ainda não foi liberado para as famílias. A maioria da produção é entregue em laticínios e uma parte é comercializada através das feiras. Apesar do leite ser o carro chefe, a produção hoje é extremamente diversificada, contendo os seguintes produtos: leite, queijo, frango, ovos, tubérculos em geral (mandioca, cenoura, beterraba, batata doce, nabo e outros), legumes variados (chuchu, abóboras, berinjela, pepino, caxi, maxixe), hortaliças (alface, rúcula, couve), carne (suíno, carneiro), plantas alimentícias não convencionais (PANCs), como almeirão roxo, caramuela, frutas (cítricos, figo, banana, pêssego, maracujá, morango e outros), temperos (alho e temperos de folha, como cebolinha e salsa) entre outros produtos. (ZACHOW, 2019, p.3)

Este dado nos permite compreender que, embora o MST parta da prerrogativa de planejar a produção de um dado assentamento de acordo com critérios próprios, como tipo de solo, clima da região ou posição geográfica dentro de sua rede distributiva, o assentamento tem a possibilidade de utilizar suas terras para outras culturas, de acordo com suas próprias necessidades.

## 2.2 Escolas do Campo

Historicamente, a educação no campo sempre foi vista como uma atribuição privada, ou seja, responsabilidade de quem é dono da terra, os fazendeiros. Os primeiros

colégios agrícolas só começam a ser discutidos a partir da Constituição Federal de 1946, ainda com um caráter bastante paternalista. Em 1961 é mencionado na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e em 1964, aparece como uma obrigação dos proprietários rurais no Estatuto da Terra. Apenas na Constituição de 1988, com a mobilização popular por direitos e a efervescência de movimentos sociais organizados, começa a ser entendida enquanto um direito do cidadão. Em 1996, com a aprovação da LDB, são propostas medidas de adequação à realidade da população que vive no campo. Somente em 2010, através do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), é decretada uma Política de Educação do Campo a nível nacional, como explica o professor de políticas públicas Salomão Ximenes:

A educação no campo foi conquistada no Brasil pelos movimentos sociais e camponeses como uma modalidade específica de educação formal na nossa legislação. A LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as resoluções do conselho nacional de educação, o plano nacional de educação reconhecem o direito das populações de camponeses, ribeirinhos, povos da floresta de terem uma oferta educacional que é adequada às suas condições de vida, aos seus territórios, antes de tudo ela é um direito assegurado na nossa legislação. (MST, 2019)

Assim como qualquer outro serviço público como saúde, saneamento, transporte, a educação no campo não era entendida como um direito do cidadão, sendo historicamente um privilégio da população que habitava a área urbana dos municípios. A partir do surgimento de movimentos sociais do campo, estes indivíduos começam a construir sua consciência de sujeitos sociais, aptos a reivindicar o acesso a todos estes serviços básicos.

Em 1996, são publicados os “Princípios de Educação do MST”, explicando os Princípios Filosóficos gerais do movimento, orientadores de sua militância, onde a educação é elemento basilar, e seus Princípios Pedagógicos, postulando, assim, uma metodologia própria de ensino, iniciativa pioneira de um movimento social brasileiro.

Relação entre teoria e prática; Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; A realidade como base da produção do conhecimento; Conteúdos formativos socialmente úteis; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; Gestão democrática; Auto-organização dos/as estudantes; Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/ das educadoras; Atitude e habilidade de pesquisa; Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 1996, p. 165-176).

Em 1997, aconteceu o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA); a partir deste momento, a educação nos assentamentos e acampamentos passou a expandir-se da região sul ao restante do país. Em 1998 e 2004 aconteceram as Conferências Nacionais por uma Educação do Campo, consolidando esta perspectiva educacional como um dos pilares do Movimento. A consolidação interna de uma política educacional passa a pressionar o poder público a dedicar mais atenção a estes sujeitos, neste espaço tão carente de políticas específicas, voltadas às suas necessidades.

Em 2003, foi criado, no Ministério da Educação, o Grupo Permanente de Educação do Campo, por meio da Portaria nº 1.374/2003; já no ano de 2004, foi criada a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI). Esses dois momentos foram fundamentais para a efetivação da política do campo brasileira. (RODRIGUES, 2020, p.74).

A consolidação de políticas públicas para o campo no Brasil é indiscutivelmente fruto da mobilização popular organizada em torno dos movimentos sociais.

### **2.3 Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares**

A construção do espaço da escola Zumbi dos Palmares, pela população em seu entorno, é ainda um processo inconcluso. A área, conhecida como complexo Cajati, uma propriedade da empresa Imapar-Cajati Reflorestamentos e Agricultura Ltda, com 890 hectares de extensão, foi ocupada por 1200 famílias em maio de 1999. Este primeiro acampamento foi batizado de DorcelinaFolador, em homenagem à professora nascida no município de Guaporema-PR. Dorcelina, que militava no MST e no Partido dos Trabalhadores, eleita para a prefeitura do município de Novo Mundo - MS, foi assassinada em sua residência no dia 30 de outubro de 1999. O acampamento ainda existe, e durante estas duas décadas, 212 famílias compõem também os acampamentos 1o de Agosto e Resistência Camponesa, além da área regularizada no Assentamento Valmir Mota Oliveira.

Entre os dias 29/09 e 03/10 de 2003, em Quedas do Iguaçu, no Acampamento Dez de Maio aconteceu o Curso Estadual de Formação de Educadores/as da Escola, onde destacou-se a necessidade de um espaço escolar para as crianças dos

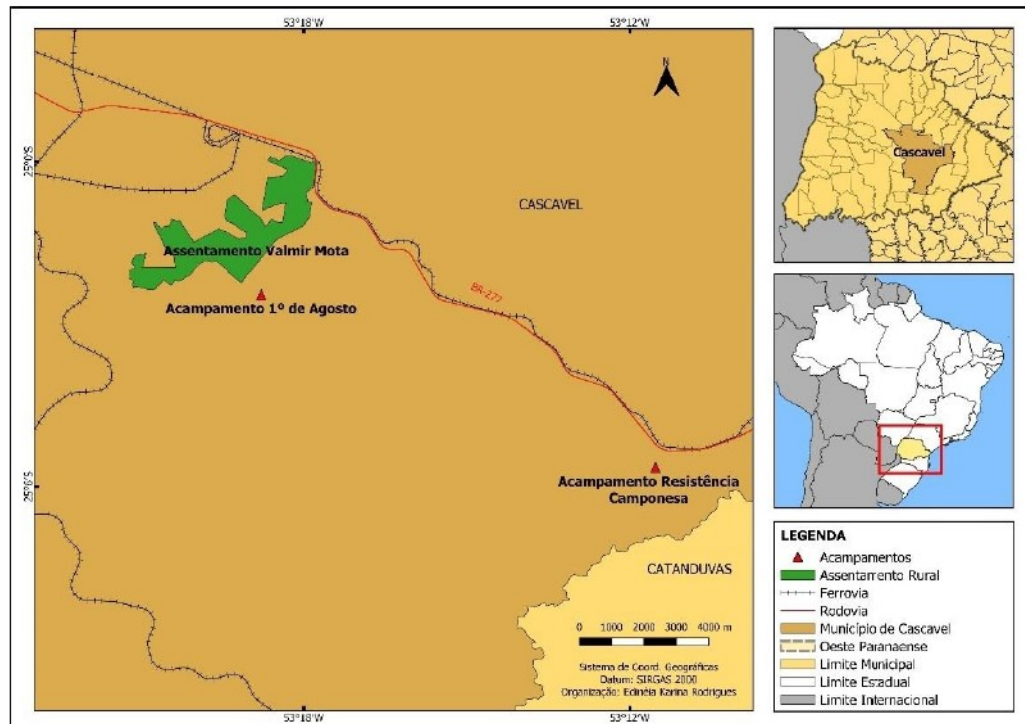
acampamentos, bem como para poder alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização anteriormente.

Decide-se que a escola será itinerante, uma vez que ações de despejo são comuns em acampamentos, a escola surge para atender esta necessidade, acompanhar seus estudantes, onde quer que estejam. “A Escola nasce diante das dificuldades de conseguir vagas nas escolas da região, falta de documentação, pois muitas famílias eram oriundas do Paraguai, e, ainda, em razão do preconceito sofrido pelas crianças e jovens do Movimento.” (Rodrigues, 2020, p.125). Sem recursos públicos, o projeto é financiado pelo Setor Estadual de Educação do MST, que disponibiliza transporte escolar dos acampamentos até a escola e alimentação para todos os estudantes, professores e demais trabalhadores da escola.

Atualmente, os estudantes do acampamento Dorcelina Folador estudam no município de Rio Salto pela proximidade, mesmo tendo sido o espaço onde a escola surgiu. A prefeitura cascavelense disponibiliza microônibus para trazer as crianças dos acampamentos 1º de Agosto e Resistência Camponesa, bem como do Assentamento Valmir Mota até a Escola Zumbi dos Palmares, e levá-las de volta às suas moradias no fim da jornada. Os professores e funcionários também contam com transporte de Cascavel até a escola, e desta novamente ao centro de Cascavel diariamente. A figura 6, a seguir sinaliza estas 3 comunidades atendidas pela escola:



**Figura 6: Mapa do Assentamento Valmir Mota de Oliveira**



Fonte: OLIVEIRA (2020).

Em novembro de 2003, iniciam-se as primeiras aulas, sob o lema “Aprendendo com a terra e com a vida”, nomenclatura que passou a ser adotada a partir deste momento em que dividiu-se a jurisdição da escola, a modalidade de Educação Infantil e até o quinto ano do Ensino Fundamental sendo ofertados na Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, e a modalidade Ensino Fundamental do sexto ao nono ano, pelo Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, compreendidos no mesmo espaço físico, conforme a figura 7, a seguir:

### Figura 7: Vista aérea da Escola

Vista aérea (2) da Escola construída pelas famílias assentadas e a obra da nova estrutura sendo construída com recursos do governo Federal/MEC.



Fonte: Arquivos da escola.

MARCONDES, 2018, p.77

Iniciou-se então um mutirão para a construção da escola. As famílias subdividiram-se em brigadas e responsabilizavam-se por tarefas como construir uma sala e colocar lonas para sua cobertura. No dia 07 de fevereiro de 2004, aproveitando-se da festa da colheita do feijão, aconteceu a inauguração da escola. Sendo batizada neste momento de Escola Itinerante Zumbi dos Palmares. O documento relata dificuldades vividas neste primeiro momento como alagamentos e a construção de alguns outros cômodos, à medida que as famílias e alguns militantes do MST encontravam tempo, recursos e disponibilidade para a empreitada.

Nesse período tinham no acampamento 80 crianças fora da escola, às aulas ocorreram em barracos que eram utilizados para a Igreja e Pastoral da Criança, pois a comunidade ainda não tinha construído as salas de aula. Cabe ressaltar que a Escola Itinerante foi aprovada no Paraná no dia 08/12/2003, “[...] sob PARECER 1012/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná” (MST, 2008, p. 14) por dois anos de experiência. Essa primeira experiência esbarrou em muitos entraves dentre eles; a falta de materiais escolares e de merenda para os educandos. (PPP, 2016, p. 12)

Em dezembro encerra-se o primeiro ano e acontece a primeira formatura para os estudantes da quarta série. Desta forma, as atividades letivas vão acontecer até 2011, quando o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrário-INCRA, concede um terreno à escola, e, em 2012, inicia-se a construção “coletiva e voluntária” do prédio definitivo. Toda a obra foi realizada através do trabalho coletivo e voluntário das famílias, entretanto, para que pudessem receber os recursos necessários para manter uma escola pública, foi necessário contatar a prefeitura do município:

Quanto ao processo de formalização da Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares depois de muitos diálogos com a direção e o Setor de Educação do MST, chegou-se ao consenso que deveria ser assumida pela Prefeitura Municipal de Cascavel (...) no dia 14 de fevereiro foi realizado a Assembleia e encaminhado o ofício a Secretaria Municipal de Educação. O Prefeito Municipal de Cascavel/PR, no uso das atribuições, promulgou no Diário Oficial do município o Decreto nº 11.167 de 06 de março de 2014 que cria a Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares. (PPP, 2016, p.17)

A partir de 2014, a escola passa a funcionar dentro da rede municipal de educação e todas as decisões da escola como contratações, destinação de recursos, currículo, devem seguir as mesmas orientações das demais escolas de Cascavel. Além disso, a escola passou por obras de adequação de sua estrutura física, concluídas em 2018. Neste momento, são traçados objetivos a serem cumpridos pela escola:

- Promover uma educação de qualidade voltada aos interesses e necessidades das comunidades que a Escola atende: Acampamento 1º de Agosto, Acampamento Resistência Camponesa e Assentamento Valmir Mota.
- Promover uma educação emancipadora contribui na organização das comunidades, na formação e na preparação do sujeito para a vida.
- Proporcionar às crianças que desde a infância aprendam a se relacionar com a terra, com a vida e o ambiente.
- Desenvolver as práticas do trabalho e da cultura, mas também os fundamentos científicos que embasam as técnicas.
- Desenvolver as diferentes habilidades, talentos e artes culturais (música, esporte, teatro, dança, artes plásticas, etc.)
- Proporcionar aos educandos campos experimentais de produção e pesquisa. (Exemplo: horta).
- Garantir aos educandos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA o acesso a Sala de Recurso Multifuncional.
- Garantir e oferta a Educação de Jovens e Adultos.
- Oportunizar a Educação em Tempo Integral para todos os estudantes do Ensino Fundamental.
- Garantir juntamente com a Comunidade Escolar a Proposta Pedagógica Curricular Complexos de Estudo com o Ciclo de Formação Humana em consonância com o Currículo Municipal de Educação de Cascavel. (PPP)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Escola do

Campo Zumbi dos Palmares oferece à comunidade o Nível I em Educação básica, ou seja, da pré-escola ao quinto ano do ensino fundamental, funcionando em tempo integral, ou seja, pela manhã os alunos participam das aulas regulares, e no período da tarde, o chamado contra turno, há disponibilidade de atividades em laboratórios, quais sejam: Língua Portuguesa; Matemática; Taekwondo; Arte Cênicas e Visuais; Musicalização; Núcleo Setoriais; Informática e Contação de História. É ofertada também Educação Especial na modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo o PPP:

Os educandos público-alvo da educação especial são definidos da seguinte forma: Educandos com deficiência – aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física neuromotora, intelectual, os quais em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade; Transtornos Globais do Desenvolvimento para Transtorno do Espectro Autista – aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, incluindo –se nessa definição educandos com autismo, síndrome do espectro do autismo, psicose infantil; Educandos com altas habilidades ou superdotação – aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. Atualmente a Escola possui seis educandos matriculados na Sala de Recurso Multifuncional, sendo cinco educandos do Ensino Fundamental e um educando da Educação de Jovens e Adultos. (PPP, 2016, p.80)

Cada escola deve seguir diretrizes municipais e estaduais, cumprir as leis vigentes, entretanto, desde que não seja descumprida nenhuma lei ou acordo firmado, há uma certa autonomia de planejamento das atividades mais apropriadas para cada ano ou turma, em consonância com o currículo nacional e estadual, bem como a distribuição do tempo de cada atividade, dentro da rotina dos estudantes e suas famílias.

O cotidiano de uma escola do campo, perpassa a rotina do campo, do espaço onde vivem esses sujeitos e sua realidade. Tendo em vista essas especificidades, a metodologia distribui as tarefas da escola dentro do que é denominado de Tempos Educativos (Quadro 5):

### Quadro 5: Tempos Educativos

Tempo Abertura	É um momento coordenado pelos Núcleos Setoriais da escola. Neste tempo educativo, toda a coletividade se encontra para vivenciar a mística. Ocorre a conferência dos núcleos e das turmas com as suas palavras de ordem, é entoado o hino, música ou mesmo são realizadas apresentações previamente agendadas. E neste tempo são feitos os informes necessários a cada dia e a equipe responsável pela vivência da mística na coletividade desenvolve esta atividade.
Tempo Trabalho	Este tempo educativo está organizado para implementar a organização do trabalho e envolve toda a coletividade, pois cada um tem sua responsabilidade diária com algum aspecto da escola. É organizado pelo Núcleo Setorial de Apoio ao Ensino em articulação com os educadores e os Núcleos Setoriais de Trabalho, Saúde e Cultura. A intencionalidade deste tempo é exercitar uma divisão social do trabalho, em que se estabelece uma interdependência entre a necessidade do trabalho de cada um e a continuidade da vida da coletividade. Se alguém não faz a sua tarefa, algo falta na coletividade, pois os produtos do trabalho são apropriados coletivamente. A implementação acontece em um tempo diário de duas horas, realizado por turma. Essa atividade não substitui o trabalho dos trabalhadores permanentes da escola, contratados para tal.
Tempo Leitura	Este tempo educativo se organiza a partir das leituras planejadas para cada turma, portanto, trata-se de um tempo organizado por turma (com suas especificidades e objetivos). O objetivo deste tempo é construir o gosto e a disciplina pela leitura. Em alguns momentos, é realizada a implementação por meio de leitura em grupos para exercitar a leitura e garantir que seja efetivamente realizada; também efetiva-se em momentos coletivos na biblioteca, ou ainda de forma individual, por meio de planejamento individual socializado e acompanhado pelo Núcleo Setorial de Leitura, com registros feitos desta leitura, que podem ser realizados de forma variada: resumos, reflexão escrita sobre a temática ou, ainda, em debate de verificação da leitura, com questões orientadas. Neste tempo, também pode ser feita a leitura da edição do jornal da escola.
Tempo Reflexão Escrita	Tempo educativo diário de 20 minutos dedicado à maturação pessoal sobre a leitura que cada integrante da coletividade realiza do processo de vivência em coletividade, dos aprendizados relevantes, do que foi discutido nos diferentes tempos educativos e da apropriação do conhecimento. É recolhido pelo Núcleo Setorial de Leitura e examinado pelas disciplinas, incluindo a de Língua Portuguesa.
Tempo Cultura	É destinado ao cultivo e à reflexão sobre expressões culturais diversas e à complementação da formação política e ideológica do conjunto da coletividade. Todo mês, a coletividade realiza um planejamento deste tempo educativo, organizando as atividades do Núcleo Setorial de Cultura. Há sessão cinema, em que se escolhe um filme político para ser assistido coletivamente e depois discutir a forma, o conteúdo, o contexto e reflexões relativas à luta social. Há também apresentações teatrais organizadas pelos próprios estudantes, junto com a disciplina de Artes, entre outras. Quando as turmas já se conhecem, convivem algum tempo juntas, por vezes, organizam-se grupos artísticos (poesia, teatro, literatura, coro ou canto, dança), em que há um momento de preparação e outro de socialização com todos. Essas atividades também se ligam às atividades culturais do assentamento ou do acampamento por meio de ações conjuntas.



Tempo Aula	Tempo diário destinado à execução das disciplinas do planejamento curricular, conforme cronograma das aulas. Este tempo educativo está sob responsabilidade dos educadores e do Núcleo Setorial de Ensino. É o maior tempo educativo, devendo respeitar as determinações oficiais sobre ele. Prioritariamente, este tempo pode acontecer mesclado aos demais tempos educativos, com aulas acontecendo tanto no período da tarde quanto nos períodos da manhã ou da noite. Este tempo não se limita, em sua execução, ao conceito de “aula” normalmente utilizado na escola clássica, podendo incluir excursões, aulas passeio, estudo de campo, entre outros.
Tempo Estudo	Tempo destinado à iniciativa de estudo dos educandos, em que se desenvolvem atividades de pesquisa, no qual se realizam os trabalhos encaminhados pelas disciplinas; também os estudos coletivos e/ou individuais – que se preocupem em superar alguma dificuldade de compreensão em algum aspecto de alguma disciplina (conforme informado pelos educadores). Neste tempo, que pode ocorrer uma ou mais vezes na semana, podem aparecer iniciativas criativas de grupos de educandos procurando estudar sobre assuntos de interesse comum, de curiosidades, e pode ser dedicado à escrita espontânea. O Tempo Estudo é definido junto com os educadores das disciplinas específicas, os quais informam o Núcleo Setorial de Ensino que trata de organizar o tempo e cobrar os resultados. A duração deste tempo é fixada de acordo com o conjunto das atividades propostas pelos educandos e pelos educadores, não extrapolando um limite. Este tempo também inclui a realização de estudos etnográficos na região.
Tempo Oficina	Tempo destinado às atividades que contribuem no processo de ensino e aprendizagem com relação à cooperação, de habilidades manuais, cognitivas, motoras, entre outras. Neste tempo, podem ser desenvolvidas oficinas de artesanato, de danças, de esportes, de ginástica, de construção de materiais (brinquedos, materiais didáticos etc.), de música e outras possibilidades. Inclui também trabalhos mais elaborados, com metal e madeira, que permitam exercitar a organização científica do trabalho. A execução de cada oficina é mediada de acordo com a disponibilidade e com a capacidade de cada responsável, sendo dirigida pelos educandos, pelos educadores da escola, por voluntários da comunidade ou por convidados.
Tempo Notícia	Tempo para acompanhar noticiários, seja pela televisão, rádio ou jornais impressos e fazer o debate sobre as informações obtidas. É planejado pelo Núcleo Setorial de Comunicação. Faz parte dele também a edição do Jornal Escolar.
Tempo de Estudo Independente Orientado	Tempo destinado a acompanhar os estudantes que estão com alguma dificuldade de compreensão em algum aspecto de alguma disciplina. É definido pelos educadores das disciplinas específicas, os quais informam ao Núcleo Setorial de Ensino. A duração deste tempo é fixada pelo educador da disciplina em que o educando apresenta a dificuldade.
Tempo Núcleos Setoriais	Tempo educativo que acontece duas vezes na semana e faz parte do processo de gestão da coletividade. Está previsto no plano de formação com as seguintes intencionalidades: uma reunião para discussão de pontos internos do Núcleo Setorial, como questões de acompanhamento dos seus membros, planejamento da coordenação do Tempo Abertura e outros tempos. E uma reunião com o objetivo de discutir sobre os diversos aspectos relevantes da vida na escola, desde a organização da escola, funcionamento dos núcleos, estruturas físicas, reivindicações e proposições, ou seja, constituir neste espaço o núcleo de base.
Tempo Educadores	Este tempo é reservado para os educadores se encontrarem, estudar, planejar e acompanhar o desenvolvimento do conjunto dos estudantes. Acontece regularmente durante o ano, segundo um cronograma fixado no início de cada ano. As atividades são informadas pelos educadores às assembleias gerais. Ainda que não sejam submetidas à deliberação desta, podem ser alteradas de comum acordo com os educadores.

Fonte: Adaptado de PPP (2016, p. 19-21).

O primeiro tempo, *Abertura*, é dedicado à memória do movimento, às datas que marcam acontecimentos importantes para aquela comunidade, os estudantes se reúnem no pátio, preparando-se para as atividades do dia, é um importante momento de socialização em sua rotina. Em seguida, o *Tempo Trabalho*, bastante diferente das escolas regulares da rede municipal, os educandos se deslocam para espaços da escola, além da sala de aula, para realizar tarefas coletivas de benfeitorias à escola como plantio e jardinagem das áreas comuns, com o núcleo de embelezamento, por exemplo, sempre contando com a supervisão de professores e trabalhadores da escola. Na sala de aula, há o *Tempo Leitura*, que conforme a própria nomenclatura sugere, é reservado ao estudo, individualmente ou em grupos. O *Tempo Reflexão Escrita*, em consonância com o tempo precedente, destina-se à análise do que foi lido, estes dois tempos se aplicam ao cotidiano do colégio estadual; no colégio municipal, onde os alunos estão sendo alfabetizados, os estudantes realizam atividades de apreensão como separação de sílabas, formação de palavras com base em figuras, caça palavras, entre outras. No *Tempo Cultura*, atividades como filmes, apresentações de dança, poesia, ou teatro, são organizadas com o intuito de conciliar formação política e atividades mais lúdicas e culturais. O *Tempo Aula* ocupa a maior parte da jornada dos educandos, sendo o que menos se difere de uma sala de aula tradicional. No *Tempo Pesquisa*, os estudantes se organizam para realizar trabalhos coletivos ou individuais, como pesquisas, também elaboradas por professores juntamente aos núcleos setoriais. O *Tempo Oficina* é destinado a atividades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras como esportes e artesanatos. No *Tempo Notícia* os educandos debatem acontecimentos veiculados pela mídia, especialmente em escala local e regional. O *Tempo de Estudo Independente Orientado*, é utilizado para reforçar conteúdos que ainda precisam ser melhor trabalhados com alguns estudantes ou turmas. Finalmente, no *Tempo Educadores*, o corpo docente se reúne para discutir e deliberar sobre o andamento das atividades propostas para o período.

Estes Tempos Educativos são adaptados à realidade de cada escola, não sendo obrigatório que aconteçam todos os tempos, todos os dias, tampouco seguindo uma ordem rígida necessariamente. Como toda metodologia, é um norteador para as atividades, o planejamento é fundamental para que os tempos sejam distribuídos corretamente, ajustando-se de acordo com o calendário escolar.

A modalidade de Ensino para Jovens e Adultos também tem sua metodologia voltada para as necessidades específicas das pessoas que habitam este espaço, por

definição, coletivo e voltado ao trabalho de produção de gêneros agrícolas. Desta forma, a organização de aulas e demais atividades da rotina dos assentados, é sempre desenvolvida respeitando as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos municipais. Segundo o Projeto Político Pedagógico:

A sistemática da avaliação de desempenho do educando e de seu rendimento escolar na forma presencial é diagnóstica, contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos de acordo com o Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental- Fase I. (PPP, 2016, p.84)

Os métodos avaliativos, seguindo princípios de totalidade do processo de formação humana através da educação, levam em conta o desenvolvimento do educando; os educadores dialogam por meio dos registros que cada aluno vai produzindo, agrupados em três pastas: de acompanhamento, com atividades do cotidiano das aulas; de avaliação, com as atividades mais voltadas à apreensão de conteúdos de cada ciclo e um parecer descritivo, onde o educador descreve os conhecimentos trabalhados, dentro do que havia sido previsto inicialmente (estas pastas buscam substituir os boletins, dando um caráter mais qualitativo a avaliação). A cada semestre os professores utilizam esta metodologia para avaliar os estudantes individualmente, e fazer projeções ao que precisa ser melhor trabalhado com cada turma.

A formação continuada dos professores também é uma questão relevante dentro desta perspectiva, entendida como um processo constante, uma vez que novos conhecimentos não param de surgir, profissionais da educação precisam acompanhar o desenvolvimento científico, acontecimentos políticos e sociais, novas tecnologias, enfim, atualizar suas ferramentas de trabalho e diálogo com os estudantes.

A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, juntamente com a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e Universidades locais como é o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que tem um campus em Cascavel, oferece cursos de formação continuada para professores da rede estadual e dos municípios da região. O planejamento pedagógico na EMCZP é feito em duas escalas, semestralmente, para os objetivos gerais a serem desenvolvidos, e diariamente, quando os professores se organizam em coletivos:

Coletivo de educadores do ciclo: reúne-se semanal, quinzenal e/ou mensalmente para formação, para a realização da hora atividade, realizando avaliações, estudos e planejamento.



Planejamento da escola: São encontros mensais que envolvem todo o coletivo escolar. Neste dia os educandos estarão envolvidos com as tarefas à distância ou no Tempo Integral ou em Atividades Pedagógicas já previstas no calendário Escolar com dispensa dos educandos.

Tarefa à distância: É uma atividade pedagógica realizada mensalmente num tempo de 4 horas, em que os educadores planejam e encaminham as atividades de pesquisa para os educandos a serem realizadas juntamente com as famílias e a comunidade para posteriormente ser trabalhada em sala de aula.

Grupos de pesquisa: São constituídos a partir do interesse e da necessidade dos/das educadores/as que por meio da pesquisa, do registro, do estudo e da sistematização aprofundam seus conhecimentos em temas específicos e comunicam o saber produzido em seminários de socialização e publicação.

Acompanhamento à escola: Constitui-se de um espaço-tempo em que se realiza o trabalho de mediação pedagógica entre os/as educadores/as, coordenação pedagógica, direção, conselho escolar, APPS Resistência Camponesa, assessorias e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tanto nos momentos de formação como nos momentos do cotidiano escolar.

Cursos e Seminários: Educadores/as participarão de momentos de formação promovidos por diferentes instituições formadoras, diante de um planejamento prévio, garantindo que o coletivo possa participar, principalmente dos cursos fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os cursos que a Secretária Municipal de Educação oferece todo o coletivo também participa, tendo a escola uma organização para entender as demandas da escola nesse momento.

Conselho de classe: Além do Conselho de Classe participativo acontecerá também o Pré Conselho de Classe que ocorre bimestralmente e o Conselho de Classe ao final de cada semestre. (p.117).

Dentro deste contexto, não há uma divisão demarcada entre escola e comunidade, não há limites rígidos, professores e funcionários em sua maioria, ainda que este aspecto esteja mudando com a municipalização, são parte do assentamento e do Movimento, realizam tarefas relacionadas à militância, juntamente com os responsáveis pelo estudantes, por esse caráter mais orgânico dessa comunidade, é tão presente a defesa de um espaço escolar autônomo e a relação de pertencimento com a escola no tópico seguinte aprofundaremos alguns aspectos desta relação. Toda a forma de organização da escola é permeada pela compreensão do ambiente escolar enquanto espaço de formação humana, tendo como elemento o trabalho coletivo, os princípios e diretrizes do MST e a vida nos assentamentos e acampamentos

## **2.4 Espaço Escolar**

Uma constante durante as entrevistas realizadas na escola é o entendimento da disputa paradigmática decorrente de sua municipalização. Todos os elementos discutidos acima, nos permitem perceber muitas diferenças entre uma escola no campo e as demais escolas da rede municipal e estadual. O quadro 5 abaixo ilustra as matrizes educacionais do Movimento:

### Quadro 6: Matrizes Formativas

Escola e Vida	Comungando com o projeto de classe, os objetivos formativos e a concepção de educação do MST, entendemos como nosso compromisso e desafio trabalhar para que as escolas a ele vinculadas também realizem um projeto educativo nessa direção. Isso nos exige pensar em uma escola que assume como matriz formativa fundamental o vínculo entre escola e vida, que pode ser materializado pelo trabalho pedagógico específico com as diferentes matrizes formadoras: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história, tendo por base a realidade atual, que deve ser objeto de estudo da escola, adequando níveis de complexidade crescente ao desenvolvimento intelectual das diferentes idades.
Escola e Matriz Formativa do Trabalho	Em seu sentido alargado de atividade humana criadora, construtora do mundo e do próprio ser humano, o trabalho significa a própria vida como princípio educativo porque, como aponta Marx, que é a vida, senão atividade? Nesse sentido, o trabalho não é apenas trabalho produtivo e também não se confunde com a condição de trabalho assalariado e explorado que assume na sociedade capitalista. É do trabalho em sentido geral e da luta para converter todos os seres humanos em trabalhadores, superando as formas alienadas de trabalho, que estamos falando quando nos referimos a essa matriz. É nessa concepção que defendemos que o trabalho deve ser a base principal do projeto educativo da escola e que se vinculem os conhecimentos escolares ao mundo do trabalho e da cultura que o trabalho produz. Mas tenhamos presente que o vínculo que nos interessa, pelos objetivos formativos mais amplos que temos, não é com formas de trabalho assalariado, assim como não nos basta o trabalho familiar simples (tradição camponesa patriarcal). Em nosso horizonte, está a associação de produtores livres, e, no caso do campo, por meio de formas cada vez mais complexas e abrangentes de cooperação entre camponeses.
Escola e Matriz Formativa da Luta Social	Dizer que a luta social educa as pessoas significa afirmar que o ser humano se forma não apenas por meio de processos de conformação social, mas, ao contrário, que há traços de sua humanidade construídos nas atitudes de inconformismo e contestação social, e nas iniciativas concretas de lutar pela transformação do 'atual estado de coisas'. Formar-se para estar em estado permanente de luta (característica de lutadores e militantes de movimentos sociais) não é algo que seja da natureza da tarefa educativa da escola garantir, mas que ela pode ajudar a cultivar como visão de mundo e como postura cotidiana intencionalizada pela atuação nas diferentes matrizes formadoras, e também pelo vínculo com outros processos educativos.
Escola e Matriz Formativa da Organização Coletiva	A participação em uma organização coletiva cria traços fundamentais no perfil de ser humano que precisamos formar na atualidade: lutadores e construtores; pessoas que saibam o que precisa ser construído, saibam lutar pela construção e consigam identificar os melhores caminhos para que a construção seja feita. E isso pode ser pensado no plano mais amplo da sociedade e no plano da vida das pessoas, de uma comunidade. Quem participa de uma organização, seja simples ou complexa, vai cultivando um modo de vida coletivo e aprende hábitos e habilidades que lhe permitem trabalhar coletivamente e agir organizadamente no cumprimento de suas tarefas. A organização coletiva se realiza especialmente articulada às matrizes da luta social e do trabalho.

Escola e Matriz Formativa da Cultura	A cultura deve ser entendida como experiência humana de participação em processos de trabalho, de luta, de organização coletiva que se traduz em um modo de vida ou em um jeito de ser humano (grupos, pessoas) que produz e reproduz conhecimentos, visão de mundo e que passa a ser herança compartilhada de valores, objetos, ciências, artes, tecnologias. Cada pessoa nasce em determinada cultura, que vai conformando seu jeito de ser e que, se tornada consciente, pode ser retrabalhada para reafirmação ou contraponto. Não há como educar as pessoas sem considerar o peso formador da cultura em suas diferentes manifestações. Em nossa realidade atual, a intencionalidade pedagógica com essa matriz deverá incluir o cultivo em nossos estudantes da identidade de trabalhadores, constituída desde sua especificidade mais próxima: somos Sem Terra, somos trabalhadores camponeses. Em nosso projeto, o trabalho com essa matriz implica em crítica à cultura hegemônica na sociedade capitalista (indústria cultural) e em cultivo/projeção de parâmetros de relações sociais e de hábitos cotidianos que expressem e consolidem nossos objetivos sociais, políticos, humanos. Implica também na intencionalização de processos específicos de apropriação de conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo da história (no movimento de suas contradições sociais) e de produção de novos conhecimentos exigidos pela realidade atual.
Escola e Matriz Formativa da História	O ser humano se transforma ao transformar o mundo, ou seja, no movimento que faz a história. A dimensão educativa está no próprio movimento: da realidade, da história. É a vivência da historicidade e a busca de superar as contradições presentes no movimento da realidade o que permite ao ser humano crescer como sujeito humano, participando da própria intencionalidade de sua formação. A história se faz projetando o futuro a partir das lições do passado cultivadas no presente. E não há como ser e se manter como um lutador do povo sem uma perspectiva histórica. Precisamos intencionalizar na escola: o enraizamento dos sujeitos (pessoas e coletivos) no movimento entre raiz e projeto, vínculo entre passado, presente e futuro, incluindo-os conforme as capacidades de cada idade, a discussão/clareza de projeto de vida humana, de sociedade; a compreensão do que são e qual o papel das contradições no desenvolvimento histórico, seja das sociedades, seja de cada ser humano. A escola pode ajudar seus educadores e educandos a vivenciar e compreender a relação entre memória e história (enraizamento projetivo), trabalhando na formação da consciência histórica. Para isso, alguns aprendizados básicos são necessários: compreender a nossa própria vida como parte da história; respeitar a história; aprender a ver cada ação ou situação numa perspectiva histórica, quer dizer, em um movimento entre passado, presente e futuro, e compreendê-las em suas relações com outras ações, situações, uma totalidade maior (MST, 2013).

Fonte: Adaptado de SAPELLI; LEITE; BAHNIUK (2019, p. 249-252)

A primeira matriz, *Escola e Vida*, diz respeito à conexão entre a escola e a vida dos estudantes, evidenciando o modelo que está sendo proposto, de uma educação atenta às necessidades dos educandos, contrapondo-se a um sistema de ensino homogeneizador. Todas as *Matrizes Formativas* reforçam os princípios do Movimento e sua visão de mundo, para as escolas do MST não há limites entre *Educação e Trabalho*; *Luta Social*; *Organização Coletiva*; *Formação de Cultura e História*; a vida e a permanência desta comunidade nos assentamentos e acampamentos dependem da continuidade do

movimento, as escolas, além de atender a demanda educativa dos assentados e acampados, também contribuem para a formação de seus militantes. Além destas matrizes, que trata dos princípios formativos para os educandos das escolas do campo, a forma como serão desenvolvidos, é denominada de complexos de estudo, que definem desde o planejamento até a avaliação, a metodologia aplicada:

**Quadro 7: Elementos da proposta pedagógica dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo**

<b>Elemento da proposta</b>	<b>Breve descrição</b>
Ciclos de Formação Humana	Rompimento da forma escolar hegemônica.
Inventário	Diagnóstico da Realidade.
Porção da realidade como articuladora dos conteúdos	Conexão realidade – conteúdo.
Planejamento coletivo	Ação coletiva baseada na solidariedade e na busca pela ruptura da fragmentação dos conteúdos escolares, mantendo a unidade entre os CFH.
Objetivos formativos	Qual sujeitos vamos construir.
Agrupamento e reagrupamento	Rompe com a forma escolar, ato de compreensão do CFH; Processo de partilha/troca, potencializa o processo educativo a partir das experiências, aprendizados e necessidades.
Pasta de avaliação	Avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Registro mensal.
Pasta de acompanhamento	Acompanhamento e arquivamento do processo de ensino-aprendizagem (caminho). Produção textual mensal do educando/a.
Conselho de classe participativo	Momento de avaliar/ser avaliado; comunidade escolar sujeito do processo.
Classe intermediária	Considerar o processo e o tempo de aprendizado de cada educando/a. Educando/a como responsabilidade da escola.
Parecer Descritivo	Avaliação do processo educativo com olhar para os sujeitos: limites, avanços, potencialidade, necessidades (...); Percurso de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.
Núcleos Setoriais	Identidade da Escola Sem Terra. Vínculo teoria-prática. Relação conteúdo científico X vida.
Auto-organização dos estudantes	Identidade do sujeito Sem Terra. Formação dos sujeitos omnilateral. Gestão democrática.
Relação com a comunidade	Compromisso – interação. Escola é parte da comunidade.
Tempos educativos	Estrutura organizativa. <i>O que movimenta!</i>
Matrizes (vida, trabalho, cultura, história, luta social e organização coletiva)	Base/fonte da organização do trabalho pedagógico e da formação dos sujeitos.
Trabalho socialmente necessário	Que se realiza em conjunto com a comunidade escolar. Conexão – interação – vínculo.
Autosserviço	Que se realiza no ambiente escolar para sua sobrevivência e manutenção. Compromisso de todos sujeitos inseridos no contexto escolar.

Fonte: Rodrigues, 2020, p.109

Os *Complexos de Estudos* nos mostram uma síntese de toda a metodologia. A divisão em *Ciclos de Formação Humana* sinaliza dois pontos centrais, a formação do estudante não se restringe à escolarização formal, pretende abarcar a formação humana do indivíduo, sua capacidade de relacionar os conteúdos escolares à sua realidade; os ciclos salientam o caráter dialético e contínuo desse processo de formação. Outro complexo importante trata dos *Pareceres Descritivos*; avaliar os estudantes pontuando aspectos de seu desenvolvimento, permite uma melhor assimilação de pontos fortes e do que precisa ser reforçado, diferentemente de apenas atribuir uma nota. Finalmente, os complexos *Auto-organização dos Estudantes* e *Autosserviço*, ressaltam a responsabilidade e a voz de cada educando na comunidade escolar, fortalece os laços de pertencimento com a escola e a proposta metodológica. Os complexos tratam do que deve ser feito, os núcleos setoriais dividem quem deve executar cada tarefa, levando em conta o tema norteador que será discutido naquele semestre:

#### Quadro 8: Linhas Gerais dos Planejamentos dos Núcleos Setoriais de 2020

<b>Agrícola e Embelezamento</b>	Estudo das diferentes formas de agricultura; (visitas a lotes e horta urbana); feira na escola; dinheiro solidário (participar na feira); plantas medicinais; terapias integrativas convidar a terapeuta Elaine Marchioro.
<b>Arte e Cultura</b>	Trabalho focado no Continente Latino Americano: Argentina música; alimentação; poesias; músicas; pontos históricos; simbologias; Paraguai convidar membros das comunidades que façam “chipa”. Estudar aspectos culturais do Chile; Peru; Bolívia e Venezuela. Assistir o filme “Diários de Motocicleta”. Convidar a professora Francis e a professora Patrícia para abordarem sobre a Venezuela em forma palestras. Danças; vestimentas dentre outros.
<b>História; Símbolos e Luta</b>	Abordar sobre o que são símbolos; história da luta pela terra (terra prometida); estudar e visitar o Museu de Catanduvas; história do MST (uma terra para Rose); símbolos; hino; gritos de ordem (por que tem? O que representam?); Congresso Nacional; abril vermelho; realizar uma ocupação simbólica.
<b>Cultura e Folclore Brasileiro</b>	Estudo da cultura Indígena; lendas; danças; comidas; artesanato; línguas; músicas; alimentação; brincadeira e jogos; visitar uma aldeia indígena; cultura Africana: roda de capoeira; vestimentas; alimentação; hábitos; dentre outras.

Fonte: Arquivo da Escola (Elaborado pelo coletivo de educadores que trabalham com os Núcleos Setoriais; em fevereiro de 2020).

As entrevistas deixam clara a preocupação que essa metodologia seja, aos poucos, deixada de lado para formatar a escola nos moldes municipais. A escola é dividida por duas jurisdições, a municipal, do ensino infantil ao quinto ano, e a estadual,

do quinto ao nono ano. De acordo com a página do Núcleo Regional de Ensino de Cascavel, a Escola Aprendendo Com a Terra e a Vida, é o espaço onde estão compreendidas ambas as modalidades, sendo oferecidas 6 turmas de Ensino Fundamental, 4 de Ensino Médio, e 6 de Atendimento Educacional Especializado, com sala de recursos multifuncional. No site é possível obter informações sobre localização, infraestrutura, profissionais, ensino, indicadores educacionais, merenda, despesas, repasses financeiros, atos oficiais, associação de pais e mestres e dados do último recenseamento realizado.

Na seção referente ao ensino, há um tópico sobre matrizes escolares, onde constam informações do currículo paranaense, não há nenhuma informação sobre a metodologia do MST, a única informação é sobre a localização, dentro da área do Assentamento Valmir Mota de Oliveira. No Colégio Estadual, a estrutura ainda é de madeira, o que demonstra também a disparidade entre os recursos destinados pela prefeitura e pelo governo do estado à escola.

As entrevistas foram realizadas em Fevereiro de 2022. Em anexo está transcrita a entrevista com a diretora da escola, que exemplifica este sentimento geral entre os professores, de que o espaço discutido aqui, permanece em constante disputa. O governador Ratinho Júnior ameaçou despejar as comunidades dos acampamentos atendidos pela escola durante a pandemia, os acampados organizaram uma vigília às margens da Rodovia BR 277, na altura do km 557 para resistir.

A fragilidade dos territórios ocupados pelo MST, exige que as famílias estejam em constante mobilização, as escolas do movimento representam para estas comunidades um espaço de consolidação de suas lutas, a transição para uma estrutura física e um respaldo jurídico da prefeitura de Cascavel, representa uma certa segurança, entretanto, a possibilidade de descaracterização da pedagogia do movimento não permite que esta segurança seja plena:

A transição, portanto, não pode ser apenas entre mantenedores, ou de estrutura física; necessita ser um movimento dialético de construção cotidiana, vivenciado por todos – pais, educandos e educadores –, para que se faça da escola, um espaço de construção e vivência de novos valores voltados à emancipação efetiva de todos os sujeitos. (MARCONDES, 2018, P.90)

O tema está distante de ser esgotado, o quadro funcional da escola foi se aperfeiçoando e à medida que o poder público procura atua entre avanços e retrocessos,

o MST se reorganiza e busca consolidar-se cada vez mais, e a perspectiva da educação, desta forma, se fortalece como um dos princípios norteadores do Movimento.

## **Considerações Finais**

O presente estudo procurou reunir fontes bibliográficas, entrevistas realizadas no local e notícias veiculadas principalmente pelo próprio MST, em sua página oficial, para elucidar o processo de construção deste espaço que é composto pela Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, hoje pertencente à rede municipal de ensino de Cascavel e o Colégio Estadual Aprendendo com a Terra e com a Vida, vinculado ao estado do Paraná. Desde a Escola Itinerante nos acampamentos, até o atual cenário, a escola é fruto da mobilização popular organizada através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A educação consolidou-se como um dos eixos da militância do MST, desde a construção física das escolas, uma pedagogia própria voltada para as necessidades de sua comunidade e uma estrutura organizativa conectada com as diretrizes do Movimento. As escolas do campo constituem uma ampla rede de serviços prestados à população por parte do movimento, bem como desempenham a função de formar novos quadros para o próprio MST.

No caso de Cascavel, um grande número das professoras e professores do Movimento estudaram no curso de Pedagogia para Educadores do Campo, ofertado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná desde 2004, a partir de um processo de ocupação do prédio, não apenas por parte de militantes do MST, mas fruto da pressão popular organizada em torno de uma demanda comum. Além da graduação, a UNIOESTE oferece o Programa de Pós-Graduação em Pedagogia, onde também grande parte destes graduandos qualificam-se, desenvolvendo diversas pesquisas sobre o próprio Movimento e sua concepção de educação.

A continuidade da vida acadêmica dos egressos das escolas do campo do MST, nos permite constatar esta dupla dinâmica entre a necessidade de uma formação voltada às próprias necessidades, sem deixar de lado a preocupação com a inserção nas Universidades ou outras instâncias formais da educação pública brasileira. A pedagogia do MST é voltada para os acampamentos e assentamentos, sem deixar de compreender-se dentro de um sistema educacional em sua totalidade. Seja em escala municipal ou



estadual, as escolas do MST surgem das brechas onde o poder público não alcança, incorporando as Matrizes Nacionais do Movimento às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, justamente por priorizar a inserção do estudante, e não ampliar seu isolamento.

A partir dos conceitos abordados no início deste trabalho, podemos estabelecer algumas relações. O espaço geográfico nunca será imutável, posto que produto de dinâmicas sociais, políticas e econômicas; o espaço aqui discutido apresenta-se num dado arranjo de condições no presente momento, mas está constantemente se modificando e se reconstruindo. A Escola Zumbi dos Palmares apresenta-se como um ponto de convergência de interesses do poder público, através da prefeitura do município de Cascavel e do governo do estado do Paraná, e do MST.

A consolidação de territórios demarcados por um movimento social no Brasil, sempre será conflituosa enquanto interesses privados forem questionados. A perspectiva de uma distribuição de terras mais democrática, e uma pauta produtiva voltada aos interesses da população brasileira, em detrimento do agronegócio, é o primeiro passo para a construção da soberania alimentar nacional. Um espaço cravado no meio deste fogo cruzado, como são os assentamentos do MST e consequentemente suas escolas, seguirá sendo alvo de ameaças e só a consolidação dos movimentos sociais do campo poderá somar vozes e forças por mudanças significativas.

O espaço da escola Zumbi dos Palmares, representa esta tensão entre um modelo de educação mais crítico e o atual cenário de desmonte da educação pública. Compreender estes nexos nos auxilia a refletir sobre novas possibilidades e o estudo de casos concretos é uma importante ferramenta analítica para a construção de um pensamento geográfico concatenado à realidade, dentro de uma perspectiva de efetiva transformação social.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007.

BRASIL. Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova A Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.252-de-20-de-fevereiro-de-2020-244585036>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASCADEL (PR) (Município). Decreto 11.167, de 06 de março de 2013. Cria a Escola Municipal do Campo "Zumbi dos Palmares" - educação infantil e ensino fundamental. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/decreto/2013/1117/11167/decreto-n-11167-2013-cria-a-escola-municipal-docampo-zumbi-dos-palmares-educacao-infantil-e-ensino-fundamental?q=Decreto+11.167%2F>>

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

DE BARROS, Antonieta. Falando às mestras. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 11, n. 23, p. 7-12, 1996.

DE MEDEIROS HESPAHOL, Rosângela Ap. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

EID, Farid et al. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 1-31, 2015.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 319 p.

GONÇALVES, Sérgio. Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101433>>.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. UK/USA: Blackwell, 1991.

MAIA, Indianara dos Santos. Produção e comercialização de alimentos orgânicos no assentamento Valmir Mota-PR. 2018.

MARCONDES, Vera Lucia. A transição da escola pública do campo: a experiência da Escola Itinerante Zumbi Dos Palmares. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos rumos da Geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

MELLO, Cintia Valéria de. Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota: Cascavel, Paraná (1999-2017). 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

MST. Caderno de Educação n. 08: Princípios da educação do MST. Porto Alegre, 1996.

DO PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. 2002.

PPP. Projeto Político-Pedagógico. Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares. Cascavel, 2016

RODRIGUES, Edinéia Karina. Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo: implementação na Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares. 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.

SAPELLI, M. L. S. LEITE, V. J.; BAHNIUK, C. Ensaios da escola do trabalho na luta pela terra: 15 anos e Escola Itinerante no Paraná. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. de–1995–O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **CASTRO, IE; GOMES, PCC; CORREA, RL–Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 355p**, p. 77-116.

ZACHOW, Marlowa et al. A reforma agrária como ferramenta para o desenvolvimento rural sustentável no assentamento Valmir Mota em Cascavel, Paraná. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 5, p. 597-602, 2019.

## Sites Consultados:

<https://mst.org.br/2013/04/03/assentados-conseguem-reconhecimento-da-escola-zumbi-dos-palmares-no-pr/>

<https://mst.org.br/2012/10/03/familias-conquistam-assentamento-apos-13-anos-de-luta-no-parana/>

<https://mst.org.br/2018/03/19/escola-municipal-do-campo-zumbi-dos-palmares-e-inaugurada-no-parana/>

<https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/>

<https://mst.org.br/2019/03/25/como-funcionam-as-escolas-do-campo-que-estao-na-mira-do-governo-bolsonaro/>

<https://mst.org.br/2021/09/24/oe-lanca-campanha-para-saber-se-a-alimentacao-escolar-garante-produtos-da-agricultura-familiar/>

<https://mst.org.br/2022/01/20/alimentos-chegaram-a-1-milhao-de-estudantes-de-escolas-publicas-do-parana-em-2021/>

[https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)

<https://mst.org.br/2021/10/30/assassinato-de-dorcelina-folador-completa-22-anos/>

<https://mst.org.br/2020/01/10/conheca-as-tres-comunidades-de-cascavel-ameacadas-de-despejo-pelo-governo-ratinho-junior/>

[https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao\\_campo\\_parana](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao_campo_parana)

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/7396/7070>

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2330/1/MAIA.pdf>

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>

<https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/>

<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>

<https://mst.org.br/2009/07/10/entenda-como-estamos-organizados/>

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=e58&codigoMunicipio=480&codigoEstab=4024>

<https://mst.org.br/2020/11/10/aprender-a-ler-com-meus-camaradas-experiencias-do-sim-eu-posso-no-nordeste/>

<https://eventos.ifpb.edu.br/index.php/v-enex/index/pages/view/c%C3%ADrculos%20de%20cultura>

Disponível em 21/02/2020

## ANEXOS

Entrevista realizada no dia 22/02/2022, com a diretora Edinéia Karina Rodrigues, na Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares

### **1. Primeiramente gostaria que você se apresentasse e falasse da sua trajetória até chegar à escola.**

Eu sou Edinéia Karina Rodrigues, formada na segunda turma da Unioeste, de Pedagogia para Educadores do Campo, depois eu fiz uma especialização em Santa Catarina, na UFSC, pelo Movimento também, em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável e o ano passado terminei o mestrado pela Unioeste de Cascavel. Sou do Movimento, cresci aqui, com 10 anos de idade meus pais vieram para o acampamento, a gente acampou em Mariluz e Umuarama até que viemos para cascavel, então dos 10 anos até hoje eu faço parte do Movimento.

Com 16 anos eu fui convidada para um programa do Governo Federal, para começar a dar aula para EJA, eu fui pro Brasil Alfabetizado, depois Paraná Alfabetizado, e depois fui chamada a dar aula nos anos iniciais, que anteriormente, inclusive, ainda tem algumas escolas aqui do Paraná, dessa forma, que você está no processo de formação e já dá aulas nas escola itinerantes, assim que concluí o ensino médio dentro da Escola Zumbi dos Palmares, fui fazer Pedagogia, me formei em 2012, em 2014 fui coordenadora pedagógica do Colégio Estadual pelo PSS, fiquei um ano, já tinha passado no concurso, em 2014 trabalhei um período no estado e outro no município.

O Movimento me chamou pra ser coordenadora pedagógica, vim para o município cumprir as 40 horas, de 2018 a 2019 eu fui diretora da Escola Municipal, voltei para a coordenação e agora estou como diretora interina, porque a Angela está de licença maternidade desde janeiro, então tirando as coisas da roça, do sítio, meu único serviço foi

na Escola Zumbi dos Palmares, fui a primeira diretora vinculada ao Movimento, que até então tinham sido diretores que não eram internos do Movimento, eu fui a primeira, estudei aqui do oitavo ano ao Ensino Médio, faço parte disso tudo.

## **2. Como é a relação da escola com a Prefeitura de Cascavel?**

A prefeitura assumiu o quadro da escola em 2012, de 2003, quando ela nasce, até 2012, quem bancava tudo era a comunidade ou, tinha um projeto do governo do estado que pagava a nossa ajuda de custo, em 2012 a prefeitura “cria” a escola, que já existia, e assume o quadro funcional, fomos fazer teste seletivo, concurso, para poder trabalhar na escola, qual a principal dificuldade nossa? A municipalização mesmo. Porque temos uma proposta pedagógica específica, vinculada ao Movimento, ao MST, e o município tenta o tempo todo formatar a escola.

Reconhecemos que quanto a estrutura física, melhorou muito, porque o município é mais perto, a merenda, as crianças recebem uniforme, temos esse suporte, só que quanto a proposta pedagógica, é sempre um embate, por exemplo, do primeiro ao quinto ano não tem nota para as crianças, utilizamos o parecer descritivo, desde o ano passado eles querem que para o quarto e quinto ano, seja atribuída nota, só que no nosso PPP e Regimento, que inclusive já está aprovado, tá escrito que é por parecer, inclusive tem uma lei que diz que as escolas do campo tem suas especificidades, que podemos alterar calendário escolar, forma avaliativa, mas eles querem.

Ano passado tivemos que fazer um abaixo assinado, colhendo assinaturas da comunidade escolar, dizendo que não queríamos. As crianças ficam conosco até o quinto ano, daí elas vão para o Estado, qual a lógica de 2 anos serem por nota, sendo que no colégio também é por parecer descritivo? O que essa nota significa? O parecer representa muito mais o aprendizado da criança do que falar que ela vale 7 ou 8, retrata melhor a realidade. A gente precisa estar o tempo todo se reafirmando.

A comunidade é muito participativa, quando está tudo bem quase não se vê ninguém, quando dá um problema brota gente da terra para defender a escola, a proposta. Ficamos negociando, quando não dá, a gente cede um pouco, e a Secretaria também. Ano passado eles fizeram o multitempo, juntar turmas, como temos poucas crianças, e não se aplica, primeiro pelo contexto da pandemia, segundo que é outra

realidade, temos crianças que moram embaixo de lona, que não tem luz elétrica, água encanada, que a melhor refeição do dia é a da escola, então é outra realidade social, e os povos do campo, o poder público tem uma dívida histórica, porque pra nós é tudo menos, se você for numa escola urbana aqui em Cascavel, a estrutura é outra. Os projetos de escolas novas são aquela coisa dos sonhos, historicamente já é tudo negado para as nossas crianças, então eles queriam que só as escolas do campo aderissem ao multiano, as urbanas não precisam?

Então brigamos e este ano separamos as turmas. Então tudo é reunião, oficialização de documento, chamamos a comunidade, é difícil manter a proposta que a acreditamos. O Currículo de Cascavel é baseado na pedagogia histórico-crítica, mas teve que aderir a BNCC, o que é contraditório, mas esse é o embate em que vivemos. Mesmo se compararmos com outras escolas do campo em Cascavel, a forma de lidar, pensar e fazer os encaminhamentos se difere, ficamos isolados das outras.

### **3. E a relação com outras escolas do Movimento?**

Todas as escolas itinerantes e dos Assentamentos, tem seu coletivo. O Setor de Educação do MST do Estado do Paraná, convoca reuniões, agora é pela internet, mas antes era presencial, com todos os coordenadores e diretores das escolas do campo do MST, eles mandam encaminhamentos, ano passado participamos do Programa Escola da Terra, recebendo orientações deste grupo de pessoas, claro que com a pandemia dificultou um pouco, mas quando temos alguma demanda organizativa, aqui em Cascavel é o Walter Leite, o coordenador da Educação, e a equipe que ajuda nos encaminhamentos da escola, orientam, fazem formação, porque tem uma rotatividade dos professores por exemplo, aí tem formação sobre planejamento, sobre os núcleos setoriais, e eles auxiliam nisso.

### **4. Como você observa a relação e a representatividade da escola para a comunidade do assentamento e dos acampamentos?**

Ambas as escolas são resultado do processo de lutas dessas famílias, inclusive os professores que não são do Movimento, que na verdade são a maioria, poucos são da Organização, reconhecem que estamos aqui porque houve uma luta organizativa que conquistou a escola, não ganhamos esses tijolinhos, eles têm sua história. Então a

comunidade sabe que a escola pertence a ela, semana passada teve mutirão de limpeza, não é ideal, perfeito, as vezes vem poucos pais, na assembleia também as vezes nem todos podem, mas sabemos que podemos contar com eles, quem mais participa é o Conselho Escolar, o órgão representante da comunidade, dos pais, é muito mais presente que em outras escolas, nesse sentido sabemos, as vezes não tem muita adesão à assembleia ou reunião, mas como regra geral eles participam.

Geralmente no começo do ano tem assembleia, no meio do ano tem a assinatura dos pareceres, são em torno de 3 a 4 no ano, mas é de acordo com a necessidade da escola, para fazer o planejamento dos recursos que a escola recebe, chamamos para discutir e o parecer final é assinado por estes representantes do conselho. As crianças fizeram uma cartinha para a secretaria de educação e a prefeitura, para a nossa surpresa eles responderam, claro que não atendendo todas as demandas, mas é positivo essa devolutiva sobre o que eles acham importante, nós temos um olhar mais amplo, por exemplo, há um problema de escoamento quando chove, desde que a escola foi inaugurada, mas para eles é um problema maior não ter o laboratório de robótica, a horta, a demanda deles é diferente.

## **5. Como você percebe a construção da identidade do estudante com a escola?**

Acredito que temos momentos na escola, quem conhece os acampamentos sabe, ninguém vem acampar porque vive bem na cidade, você vê no acampamento a sua última chance de conseguir talvez, não pagar aluguel, água, não tem luz elétrica mas também não tem mais essa conta para pagar, o público da escola é carente mesmo, claro que tem famílias que tem um pouco mais de condições, principalmente aqui no assentamento, mais a maioria das famílias é muito humilde, ninguém acampa porque é legal, outra coisa que se difere é que as crianças tem esse pertencimento à escola, por exemplo, se você for na sala e perguntar qual o melhor momento na escola, com certeza eles vão falar que são os núcleos setoriais, onde agrupamos as crianças, cada núcleo tem crianças de todas as turmas, do primeiro ao quinto ano, e cada núcleo é diferente, o de embelezamento da escola, agrícola, de cultura, e cada um deles tem suas atividades específicas, o de embelezamento, essas flores, todas essas plantas na escola, foram eles que plantaram, o núcleo agrícola, temos a agrofloresta onde fizemos canteiros no ano passado, são momentos de duas hora por semana, a coordenação se reúne com eles e define o que é importante pra escola, então esse é o momento em que eles podem realmente deliberar o

que acham importante pra escola, eles gostam de realmente poder nos dizer o que precisam, o que tem que melhorar, os tempos definidos na metodologia do Movimento, eu nunca conheci outra escola onde as crianças se reúnem para deliberar sobre alguma coisa, eles também têm representantes no conselho escolar, além dos representantes dos pais, dos servidores e professores, temos duas alunas representantes que foram eleitas pelos estudantes, esse é o viés, não é tudo perfeito, temos dificuldades mas tentamos ser diferente das outras escolas.

**6. Você comentou que o planejamento é pensado através de Temas Norteadores, como eles se aplicam à metodologia?**

O planejamento é trimestral, com seus conteúdos previstos, o tema norteador tem que ser aplicado em todas as disciplinas, neste semestre é produção de alimentos, então na matemática, todos os problemas vão ser voltados a esse tema, na geografia, em português, então não é a mais, é. Cada tema vai ser o eixo temático por período de todas as disciplinas, sem deixar de lado os conteúdos obrigatórios.

**7. Há alguma especificidade quanto ao currículo das disciplinas?**

Desde a municipalização temos que seguir o currículo do município, a grade de conteúdos é municipal e estadual, mas a grade de distribuição é feita com as orientações do Movimento, porque se um aluno for transferido, não pode repetir o mesmo conteúdo, temos que tentar manter uma unidade enquanto organização, mas ao mesmo tempo tem a Secretaria de Educação, então é essa negociação entre o que a gente pode ou não abrir mão. As turmas são definidas por idade e divididas por série, como todas as escolas.

**8. E quanto a formação de professores?**

Quando o professor assume o concurso, existe uma formação ofertada pela secretaria de educação, está lá nas atribuições, tem que participar, e a escola cria momentos para discutir o planejamento da organização, estudos, projetos, como por exemplo o “Escola da Terra”, pedimos a liberação para a secretaria para a participação no evento, todo ano tem a leitura dos objetivos principais, para os professores compreenderem em que escola eles estão, como pensamos. temos professores que



escolheram estar aqui, eles gostam, a escola tem poucas crianças, o dia a dia é mais tranquilo. Tem os que se identificam, que gostam e buscam entender a proposta, como tem professores que estão aqui porque recebem adicional do interior, que é 25% a mais no pagamento das aulas nas escolas do campo em Cascavel, então tem esse adicional, esse estímulo, eles vêm, fazem o que tem que fazer e é isso, já tem outros que vestem a camisa mesmo, o nosso coletivo tem muita rotatividade.

### **9. Como a escola reagiu à pandemia? Houve algum respaldo por parte da prefeitura?**

Imprimimos as atividades e os pais vinham buscar, não tinha aula online, de 15 em quinze dias eles vinham entregar as atividades feitas e levar as próximas, a prefeitura só aumentou nossa cota de impressão. A escola ficou fechada de março a julho, em abril começamos a encaminhar as atividades remotas, antes disso não sabíamos como ias ser nada, vinham funcionários, a equipe administrativa, fazíamos rodízio, mas professores e as crianças só foram retornar à escola em julho. Em agosto foi aumentando a adesão, e setembro saiu a lei do retorno, retornar mesmo só no segundo semestre, teve um mês e pouco que ficamos sem ninguém, tudo fechado.

### **10. Quais são as principais diferenças dessa escola para o restante da rede municipal?**

Em outras escolas as crianças sofrem muito preconceito, quando eu estudei, não me deixavam comer o lanche, tiravam sarro porque chegávamos sujos de barro, cheirávamos a fumaça porque a não tínhamos fogão a gás, só a lenha, e quando reclamava com alguém da direção, coordenação, eles não ligavam, era discriminação mesmo. Isso está mais ascendente agora, por um lado não se tolera mais essas coisas, mas a ideia das pessoas que não conhecem a nossa realidade é muito preconceituosa. Estudar em um espaço realmente deles, que todo mundo tá nas mesmas condições, a vivência é da família toda, cada grupo de família participa dos núcleos setoriais, na escola se reflete isso, a turma, os representantes, aqui eles podem ser o que realmente são, tá tudo bem sonhar ser professor, advogado, é importante privar eles desse preconceito.

Tem crianças que não são vinculadas ao movimento, tem a filha de um professor que vem com o transporte de Cascavel, e tem um menino de uma fazenda e uma outra

que mora perto da BR, os pais escolheram aqui, acreditam no serviço que prestamos, é uma escola pública, não podemos negar vaga para ninguém, eles também participam de todas as atividades.

### **11. Na sua concepção, o que é o espaço da escola?**

A escola é o coração da comunidade, reuniões, festas, esportes, esses momentos de confraternização, acabamos prestando serviços, os pais vêm pedir ajuda para ligar pro INSS, por exemplo. Por ter acesso a internet, telefone, a gente presta esses serviços sociais, imprimir fatura de luz, ajudar nessas coisas, ano passado conseguimos entregar cesta básica para todas as famílias, sabemos que não é nossa função formal, mas valorizamos essa relação com a comunidade, às vezes não custa eu perder 5 minutos do meu tempo, é uma relação contínua, e a comunidade entende a importância. Agora que estão fazendo o projeto da escola estadual, tem famílias menos assíduas, mas eles compreendem a escola como esse espaço, tanto no assentamento como nos acampamentos.

Os pães da merenda são produzidos por uma cooperativa de mulheres do assentamento, com todos os protocolos de higiene da vigilância, atendendo toda a rede do município, são 4 mil pães por dia, tem a entrega das hortaliças da agricultura familiar, não só para essa escola, tudo é vinculado à secretaria de educação, tem processo de contratação, a mandioca da merenda vem daqui do assentamento, da própria organização também.

As escolas do campo têm um desafio muito grande, em algumas questões organizativas eu penso que estamos um passo à frente, mas com dificuldades, desafios. Sempre queremos avançar, estamos no processo de construção da horta, essas experiências que vinculam a escola a realidade do campo, mas nem tudo é ideal, a gente vivencia essa relação com o município, existe uma forma escolar, dependemos de transporte, de muitas coisas, a escola faz tentativas, tem anos que avança uma coisa, depois outra, como qualquer lugar.

Vivemos em uma sociedade capitalista, não dá pra estar a parte, tentamos criar rupturas, alternativas, fazer diferente, não é tudo perfeito, hoje temos uma estrutura melhor para as crianças, ar-condicionado, laboratórios, é integral, é a única escola do campo que tem EJA, tem educando especial, sala de recursos, é uma escola pequena mas tem tudo, o desafio é grande.

---

i